

BOLETIM ICOM PORTUGAL

Série III Outubro 2017 N.º 10



Alcarias dos Javazes (reservas) – 12.º Núcleo Museológico do Museu de Mértola

*A Lei-Quadro dos Museus Portugueses
Balanço e Perspectivas*

ICOM international
council
of museums
Portugal

Índice

Editorial	3
Mensagem do Presidente	7
Breves	10
Em Foco	12
<i>A Implementação da Lei-Quadro dos Museus Portugueses: Aporia de uma Política Museológica?</i>	12
Perspectivas	18
<i>A colecção é visitável? (I)</i>	18
Perspectivas	22
<i>A colecção é visitável? (II)</i>	22
Entrevista	26
<i>com Isabel Soares</i>	26
Conferências: comentários	34
<i>Desafios Actuais e Futuros</i>	34
<i>Redesenhar os Museus. Competências Digitais para a Mudança e Inovação</i>	37
<i>Ligando o Passado e o Presente</i>	40
<i>Documentação: Passado, Presente, Futuro...</i>	43
<i>Formação para a Inclusão: A Acessibilidade é Exequível?</i>	46
Museus & Pessoas	49
<i>João Alpuim Botelho</i>	49
Opinião dos Membros	57
<i>A Conservação e Restauro em Portugal, sem rei nem roque</i>	57
Publicações	
Sugestões de leitura	59
Novas edições	60
Agenda	
Conferências, encontros, debates	64
Formação	68

Editorial



Neste boletim procurámos trazer para reflexão a Lei-Quadro dos Museus Portugueses (2004). Porquê? Sentimos que este é um debate pertinente a realizar passados 13 anos da aprovação e aplicação da Lei que, aliás, teve o apoio unânime do parlamento aquando da sua aprovação. Reunindo consenso igualmente entre a comunidade de profissionais de museus, que balanço pode hoje ser feito, em termos de conteúdos, aplicação e actualidade da Lei? Que aspectos podem ser alterados, aprofundados ou acrescentados? Por outro lado, incidir sobre a Lei-Quadro equivale também a reflectir sobre política museológica (ou a inexistência desta), sobre gestão, sobre estratégia e prioridades, tudo isto atendendo a uma perspectiva de longo termo, seja do que se fez, seja do que se perspectiva fazer. Estes tópicos têm sido, aliás, matéria de reflexão em boletins anteriores e estão entre as preocupações do ICOM Portugal em relação ao sector. E este parece ser também o momento oportuno, uma vez que na agenda política se prevêem mudanças que visam a descentralização, transferindo mais poder para as câmaras e Juntas Metropolitanas, com impactos expectáveis também para os museus.

Foi este o mote que nos levou a trazer diferentes olhares numa perspectiva dupla: que se centrassem não apenas no mapeamento de problemas e desafios, mas fizessem igualmente uma análise prospectiva do que pode ser feito, incluindo pistas e soluções concretas. Esse fio condutor está presente em várias secções deste boletim. Primeiramente, no artigo (*Em Foco*), através da perspectiva experimentada e sabedora de Graça Filipe que nos situa numa escala mais macro do tema. Em *Perspectivas*, deu-se enfoque às colecções visitáveis, uma categoria prevista na Lei-Quadro, mas que não teve desenvolvimento subsequente. Os dois textos de opi-

nião, de Cláudia Freire e de Lúcia Almeida Matos, respectivamente, evidenciam diferentes ângulos e possíveis caminhos a trilhar. Por fim, uma entrevista com Isabel Soares, na qual se percorre vários tópicos relativos à Lei-Quadro.

Para além de uma vertente mais técnica, auscultando os profissionais de museus sobre a Lei-Quadro, quisemos também neste boletim obter o depoimento dos representantes dos vários partidos com assento parlamentar na Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, mas não tivemos qualquer resposta.

Em *Museus & Pessoas* destacamos o perfil de João Alpuim Botelho, director do Museu Bordalo Pinheiro desde 2014, um museu que se encontra em fase de renovação.

Como habitual, temos vários textos de comentário sobre conferências ligadas à actividade do ICOM, nacional e internacional. E ainda uma selecção de publicações, incluindo sugestões de leitura e novas edições no panorama nacional e internacional, assim como um leque diverso de eventos em agenda para os próximos meses.

O boletim inaugura neste número uma nova secção: *Opinião dos Membros*, um espaço aberto onde os profissionais podem ter uma voz activa sobre tópicos da actualidade museológica. Fica o repto: participem!

O próximo boletim (Fevereiro) será dedicado ao tema do Dia Internacional de Museus para 2018: *Museus Hiperconectados: Novas Abordagens, Novos Públicos*. Bem hajam!

Ana Carvalho

Colaboram neste número

Alexandre Matos, membro da direcção do CIDOC (Comité Internacional do ICOM para a Documentação)

Ana Carvalho, museóloga

André Varela Remígio, conservador-restaurador da Santo André – Conservação e Restauro de Bens Culturais

Cláudia Freire, museóloga, Museu Bordalo Pinheiro

Graça Filipe, investigadora do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Hélia Marçal, coordenadora do Grupo de Teoria e História da Conservação do ICOM-CC (Comité Internacional do ICOM para a Conservação)

Isabel Soares, chefe de divisão de Museus, Património e Arquivo Histórico do Município de Portimão

Joana Silva, bolsreira de doutoramento da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa

João Alpuim Botelho, director do Museu Bordalo Pinheiro

José Alberto Ribeiro, presidente do ICOM Portugal

Lúcia Almeida Matos, professora da Universidade do Porto

Maria de Jesus Monge, tesoureira do ICOM Portugal

Marta Ornelas, investigadora do Centro de Investigação e de Estudos em Belas-Artes (CIEBA) da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa

Ficha Técnica

Boletim ICOM Portugal, Série III, N.º 10, Outubro 2017 | ISSN 2183-3613

Este boletim é uma edição da Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional de Museus (ICOM Portugal). Publica-se três vezes por ano (Fevereiro, Junho e Outubro). As opiniões expressas nos textos assinados são da inteira responsabilidade dos seus autores, não reflectindo necessariamente os pontos de vista do ICOM Portugal. O boletim adopta a antiga ortografia.

Editora: Ana Carvalho | Revisão: Dália Paulo

Projecto gráfico: Rui Belo | Imagem da capa: Pormenor das reservas do Núcleo Museológico de Alcaria dos Javazes – Museu de Mértola, 2017 © Ana Carvalho

Agradecimentos: João Alpuim Botelho e Cláudia Freire (Museu Bordalo Pinheiro)

ICOM Portugal | Palácio Nacional da Ajuda – Museu, Ala sul – 2.º Andar, Largo da Ajuda, 1349-021 Lisboa | tel. 213637095 | info@icom-portugal.org | boletim.icom.pt@gmail.com | <http://www.icom-portugal.org> | <https://www.facebook.com/icomportugal>

Mensagem do Presidente



O ICOM Portugal participou, entre 7 e 9 de Junho último, nas reuniões da assembleia-geral do ICOM que tiveram lugar em Paris. Estes três dias de trabalho foram fundamentais no sentido de reflectirmos em conjunto as soluções necessárias para fazer face aos desafios actuais. Entre os tópicos debatidos destaca-se a actualização da definição de museu (em curso).

Convido-vos a divulgar e a participar no nosso Encontro de Outono, este ano com o tema *Lei-Quadro dos Museus e Descentralização: Que Caminhos?* Pretendemos debater com os profissionais dos museus portugueses as nossas preocupações sobre o futuro das opções museológicas no nosso país e com particular atenção sobre a aplicação da Lei-Quadro num momento em que no debate político se equacionam novas fórmulas de descentralização e gestão, com forte impacto, num sector tão importante e simultaneamente tão frágil do nosso património cultural.

Este Encontro, no Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo, em Évora, para além da reflexão sobre a realidade da Museologia portuguesa, no contexto de uma anunciada alteração das formas de organização para uma dimensão regional e municipal será igualmente um momento para a apresentação e debate de casos práticos de realidades museológicas, designadamente o caso das redes de museus, que entretanto foram surgindo no panorama geográfico e temático.

O ICOM Portugal co-organizou, entre 2 e 4 de Outubro o *IV Congresso Internacional Educação e Acessibilidade em Museus e Património*. Este Congresso, que se realizou pela primeira vez em Portugal (teve lugar em Lisboa e na Batalha), contribuiu para consolidar a crescente importância in-

ternacional na discussão da educação e da acessibilidade em museus e no património. Para o ICOM Portugal, que tem vindo a dedicar uma crescente atenção a estas questões nas suas jornadas e encontros, este Congresso representou uma oportunidade para reflectir criticamente, de forma aprofundada e multidisciplinar, sobre temas que transcendem nacionalidades, com a participação de museólogos, educadores e investigadores oriundos de Itália, Brasil, Espanha e México.

A nível nacional, destaque ainda para a presença do ICOM Portugal na reunião da Secção dos Museus, da Conservação e Restauro e do Património Imaterial (SMUCRI) do Conselho Nacional de Cultura, a 13 de Setembro, cuja ordem de trabalhos teve um único ponto: a Rede Portuguesa de Museus (RPM). O contributo do ICOM Portugal foi um dos documentos em análise que propôs, entre outros, a criação de um “Grupo de Trabalho RPM” o qual, para além de um diagnóstico e avaliação sobre a actual situação da RPM e estratégias para o seu futuro desenvolvimento, elaborasse igualmente uma proposta de documento e/ou um estatuto específico para os Núcleos de Apoio, de forma a clarificar e definir de forma mais concreta, o seu procedimento de constituição, as suas competências, os processos de candidatura e/ou selecção e as contrapartidas financeiras a transferir. Da reunião resultou a constituição de um grupo de trabalho, do qual o ICOM Portugal faz parte, no sentido de estudar propostas que visem melhorar a eficiência da RPM.

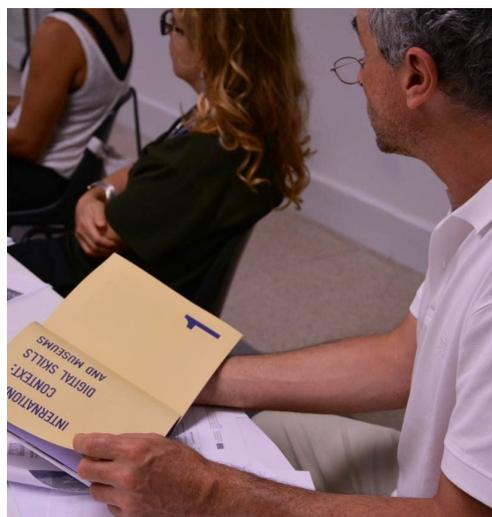
Quanto à participação do ICOM Portugal no projecto internacional Mu.SA – *Museum Sector Alliance* (2016-2019), concluiu-se no passado mês de Julho a sua primeira fase que inclui não apenas o mapeamento das necessidades profissionais de museus na área das novas tecnologias e do digital, como a definição de novos perfis de trabalho neste contexto. Para o efeito foram conduzidas em Portugal, Itália e Grécia entrevistas a vários profissionais: técnicos, directores de museus e especialistas em tecnologias directamente ligados ao sector. Estas entrevistas foram com-

plementadas com um *focus group* que permitiu consolidar a informação recolhida. A publicação digital (e impressa) [*Museum Professionals in the Digital Era: Agents of Change and Innovation*](#), apresentada em Julho durante o encontro dos parceiros do projecto em Roma, inclui uma síntese dos resultados da investigação conjunta.

Lançámos este mês um novo *website* do ICOM Portugal, o qual se pretende mais dinâmico em termos de actualização e mais acessível.

José Alberto Ribeiro

Breves



Prémios Acesso Cultura 2017

No passado dia 21 de Junho realizou-se a entrega dos prémios Acesso Cultura 2017 na biblioteca de Marvila (Lisboa). O prémio Acessibilidade Integrada foi entregue ao Museu do Dinheiro; o prémio Acessibilidade Física à Câmara Municipal do Porto pelo projecto “Sistemas de Itinerários Acessíveis”; o prémio Acessibilidade Intelectual à Associação Histórias para Pensar pelo projecto “Mãos que Cantam” e à Associação Nacional de Arte e Criatividade de e para Pessoas com Deficiência (ANACED) - em *ex-aequo*; e o prémio Acessibilidade Social à Câmara Municipal do Porto, pelo projecto “Cultura em Expansão”. Foram ainda entregues quatro menções honrosas. Conheça a lista de premiados e demais informações em: <https://acessocultura.org>

Projecto Mu.Sa leva ICOM Portugal a Roma

O ICOM Portugal, parceiro do projecto internacional Mu.Sa - *Museum Sector Alliance* (2016-2019) participou na segunda reunião do consórcio, que decorreu em Roma entre 11 e 12 de Julho. Em representação do ICOM Portugal estiveram presentes Alexandre Matos (gestor do projecto) e Ana Carvalho (investigadora principal). O principal objectivo destas reuniões foi aferir os resultados da investigação já realizada pelos parceiros e preparar as próximas etapas do projecto. Os dois dias de reuniões decorreram, respectivamente na Galleria Nazionale (Villa Borghese) e no Museo Mercati di Traiano.

ICOM Portugal co-organiza congresso sobre acessibilidade

Entre os dias 2 e 4 de Outubro decorreu, entre Lisboa e a Batalha, o IV Congresso Internacional *Educação e Acessibilidade em Museus e Património*, dedicado este ano à «Formação para a Inclusão: A Acessibilidade é Exequível?» Esta foi a primeira edição a realizar-se em Portugal e contou com a co-organização do ICOM Portugal pela relevância do tema. Teve como objectivo questionar os conceitos e os métodos que têm alicerçado a educação e a formação para a acessibilidade, em particular a acessibilidade universal. O programa abrangeu um leque diverso de oradores internacionais e nacionais provenientes de diferentes organizações e áreas de trabalho. Mais informações: <https://eamp2017.wordpress.com>



Comunicado do ICOM central sobre os recentes desastres naturais

O ICOM central manifestou a sua solidariedade para com as pessoas que em várias partes das Caraíbas, México, Guatemala e Estados Unidos foram afectadas pela recente sucessão de catástrofes naturais. O ICOM Disaster Risk Management Committee (ICOM-DRMC) está correntemente a estabelecer contactos com os colegas que vivem nas zonas afectadas para reunir mais informação sobre a situação e o tipo de assistência que possam necessitar de forma a mobilizar meios e redes de entreatajuda. Consulte o comunicado em: <http://icom.museum>

Base de dados dos membros do ICOM Portugal em actualização

O ICOM Portugal está a proceder à revisão da base de dados dos membros pelo que pedimos a colaboração de todos através da actualização dos dados pessoais, muito particularmente os contactos telefónicos e de endereço electrónico. Esta actualização é da máxima importância, uma vez que permitirá melhorar a comunicação com os membros. Pode fazê-lo através do email: info@icom-portugal.org

ICOM Portugal tem novo website

O novo *website* do ICOM Portugal, colocado *online* a 5 de Outubro, apresenta um novo grafismo e informação renovada sobre o ICOM Portugal e as suas actividades. Com esta renovação pretende-se melhorar a comunicação com os membros e utilizadores do *website*, bem como a integração com outros meios de comunicação. É de notar que os conteúdos do *website* antigo continuarão a estar acessíveis no Arquivo.pt. Conheça o novo *website* em: <http://icom-portugal.org>

Em Foco

A Implementação da Lei-Quadro dos Museus Portugueses: Aporia de uma Política Museológica?



*Graça Filipe,
investigadora do Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa*

Realidade e utopia

A Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto, entrada em vigor em Setembro de 2004), foi acolhida por muitos profissionais de museus, em que me incluo, como resultado do reconhecimento social e político da instituição museal, no contexto nacional, como um instrumento facilitador da construção da(s) política(s) museológica(s) e de valorização patrimonial, e além disso, como projecto colectivo de regulação do trabalho de museu, potencialmente ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, no universo multifacetado e multi-dimensional de realidades e processos museais em Portugal.

Enquanto antecedentes relativamente próximos que viabilizaram aquele marco de evolução do panorama museológico em Portugal, há que recordar e destacar outras iniciativas igualmente importantes, tais como: o *Documento Preparatório para uma Lei de Bases do Sistema Museológico Português* (APOM 1995; APOM 1996), elaborado entre 1995 e 1996 pela Associação Portuguesa de Museologia; o *Inquérito aos Museus de Portugal* (2000), que o Instituto Português de Museus promoveu e o Observatório das Actividades Culturais concretizou entre 1998 e 1999; a criação da Estrutura de Projecto da Rede Portuguesa de Museus, em 2000, e a publicação, em 2001, seguindo-se a uma elaboração por método participado, das Linhas Programáticas da Rede Portuguesa de Museus.

Inovação e sustentabilidade

Para uma análise de balanço da Lei-Quadro importa considerar não só os aspectos inovadores que a sua aplicação consignava ou para que convocava tutelas e profissionais dos museus portugueses, como também o grau de convergência da sua implementação com outras acções, sob uma visão de sustentabilidade, no quadro da gestão pública de museus e de património.

Em matéria de inovação, embora creia que se pode ir além dos aspectos que Madalena Braz Teixeira identificou em 2007 como quatro principais inovações legais da Lei-Quadro, também valorizo indubitavelmente a obrigatoriedade de elaboração de uma política de incorporações, de planos de conservação preventiva e de segurança, e de regulamento. Parece-me, contudo, que o carácter inovador associado àqueles requisitos normalizados de programação museológica perdeu potencialidades no desenrolar da implementação da Lei, por exemplo, nos casos em que se subestimou a importância dos diagnósticos feitos a montante da tentativa de elaboração de tais instrumentos para definir estratégias integrais e sustentáveis em que se inserissem os projectos de qualificação dos mu-

seus. Tais requisitos podem mesmo ter passado a constituir um problema estrutural, dado que nem todos os museus administrativamente integrados ou credenciados na Rede Portuguesa de Museus (RPM) tiveram os recursos necessários, num tempo definido e de forma transparente, para procederem à actualização e/ou redacção dos seus programas museológicos e que se protelou, sem explícita renovação de prazos, a necessidade de formalização da concepção de instrumentos de gestão museológica que atrás identificámos como inovações legais.

Subsequentemente à Lei-Quadro e configurando um estatuto legal para a credenciação de museus ao abrigo dos princípios delineados naquela, foi publicado o Despacho Normativo n.º 3/2006, de 25 de Janeiro. E em simultaneidade com a produção de normas legais, entre 2000 e 2006, tiveram lugar diversas medidas de incentivo ao financiamento, como o “Programa de Apoio à Qualificação de Museus” e o “Programa de Apoio a Museus da Rede Portuguesa de Museus/ProMuseus”, o que «parecia prenunciar um novo e promissor ciclo de evolução da RPM» (Camacho 2010, 19).

Seria hoje de interesse fazer uma análise retrospectiva e comparativa do funcionamento dos museus, com foco na inovação e na sustentabilidade, às escalas territorial e nacional, abrangendo museus aderentes da RPM e outros que não se candidataram à credenciação, ainda que, sob outras formas, tenham igualmente podido beneficiar da implementação da Lei-Quadro.

Constrangimentos, problemas e avanços

Um conhecimento mais aprofundado do panorama museológico em Portugal requer essa avaliação e uma análise sistematizada, pluridisciplinar, dos problemas estruturais dos museus, estejam ou não credenciados segundo a Lei vigente.

Apesar dos consideráveis avanços com que muitas tutelas e profissionais conseguiram capitalizar os novos instrumentos legais, há todo um trabalho a desenvolver nos domínios do planeamento estratégico e da programação museológica, com inerentes mudanças do sistema político e administrativo do país em relação à gestão patrimonial e aos museus. É preciso rever o aparelho centralizador e inoperante que abrange a subordinação insustentável da RPM à administração central e contrariar os efeitos drásticos das políticas praticadas na última década e agravadas a partir de 2011. Para um tal avanço (e apesar de sempre ter lamentado algum retrocesso conceptual entre as linhas programáticas da RPM de 2001 e da Lei-Quadro de 2004) não identifiquei nenhuma revisão de fundo desta Lei. Aliás, vi com cepticismo o projecto de alteração de 2015, quanto ao foco da responsabilidade de criação de museus, do inventário museológico enquanto registo patrimonial de inventário, dos núcleos de apoio a museus, das redes de museus, do voluntariado e do mecenato, por mais importância que estes aspectos tenham num quadro de situação sistematicamente reavaliado.

Já me parece de assinalar como sinal positivo para o sector museológico a publicação, em 2016, do regime jurídico dos museus da Região Autónoma dos Açores à luz da Lei-Quadro – Decreto Legislativo Regional n.º 25/2016/A.

Prospectiva

Nestes apontamentos faltou evidentemente tocar várias questões relevantes sobre a implementação da Lei-Quadro, tais como, entre outras, a actuação da Secção de Museus, Conservação e Restauro e Património Imaterial (SMUCRI) do Conselho Nacional de Cultura e da Associação Nacional de Municípios Portugueses, ou o carácter imprescindível do Observatório das Actividades Culturais.

Ao longo dos anos é natural que se tenha assumido uma espécie de utopia, a que aderiram muitos profissionais e representantes das instituições, para tentar superar um quadro de reformas administrativas antagónicas e de inconsequência de políticas públicas.

Mas para encarar o futuro importa ver as tendências e o rumo do funcionamento actual dos museus e traçar linhas de acção em que o referencial dos requisitos para a credenciação seja indutor de uma visão sustentável para velhos e novos museus e, contando com todos, para o património e a acção patrimonial em Portugal, de modo abrangente.

Nas instituições em que trabalham e nos movimentos associativos, os profissionais têm um papel fulcral a desempenhar. Perante o «panorama de claro retrocesso da política museológica nacional», apreciação recente do ICOM Portugal na sua pertinente análise geral de situação (ICOM Portugal 2017, 15), há urgência de afectação de meios para estudos científicos e processos participados de antevisão do futuro, para que se identifiquem as acções próximas e se experienciem modelos de gestão baseados num ordenamento patrimonial e museológico transversal às várias tutelas, nacionais e de âmbito territorial, que proporcionem a diversidade e a autenticidade dos projectos e a sua integração em regimes de sustentabilidade (assentes nos seguintes pilares: ambiental, cultural, social, económico e de gestão participada).

Referências

APOM. 1995. “Documento Preparatório para uma Lei de Bases do Sistema Museológico Português (primeira parte).” *Boletim APOM*, II Série, 2: 4-6.

APOM. 1996. “Documento Preparatório para uma Lei de Bases do Sistema Museológico Português (segunda parte).” *Boletim APOM*, II Série, 3: 4-16.

Camacho, Clara Frayão. 2010. “Rede Portuguesa de Museus (2000-2010): Balanço de uma Revolução Tranquila.” *Museologia.pt* 4: 10-33.

Gouveia, Henrique Coutinho. 2007. “Evocação da Museologia Portuguesa Novecentista: A Propósito da Lei-quadro de 2004.” *Museologia.pt* 1: 93-101.

ICOM Portugal. 2017. “Contributos para uma Urgente e Necessária Política Museológica Nacional.” *Boletim ICOM Portugal* série III, 9: 12-22.

Instituto Português de Museus, e Observatório das Actividades Culturais. 2000. *Inquérito aos Museus de Portugal*. Lisboa: Ministério da Cultura.

Instituto Português de Museus. 2000. *Rede Portuguesa de Museus: Linhas Programáticas*. [Lisboa]: Instituto Português de Museus e Rede Portuguesa de Museus.

Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto. *Diário da República*. 1.ª série-A, n.º 195 (2004), pp. 5379-5394. Sobre a Lei-Quadro dos Museus Portugueses.

Ministério da Cultura, et al. Despacho n.º 616/2000, de 5 de Junho. *Diário da República*. 2.ª série, n.º 130 (2000), p. 9633. Cria uma estrutura de projecto, denominado “rede portuguesa de museus” (RPM) que funciona na dependência directa do Instituto Português de Museus e define a sua composição e atribuições.

Ministério da Cultura. Despacho Normativo n.º 3/2006, de 25 de Janeiro. *Diário da República*. 1.ª série-B, n.º 18 (2006), p. 603-618. Sobre a Credenciação de Museus e processo de candidatura.

Região Autónoma dos Açores. Decreto Legislativo Regional n.º 25/2016/A, de 22 de Novembro. *Diário da República*. 1.ª série, n.º 224 (2016), pp. 4100-4119. Sobre o Regime Jurídico dos Museus da Região Autónoma dos Açores.

Teixeira, Madalena Braz. 2007. “Quatro Inovações Legais em 2004.” *Museologia.pt* 1: 43-49.

Perspectivas

A colecção é visitável? (I)



*Cláudia Freire, museóloga
Museu Bordalo Pinheiro, Lisboa*

Com uma forte componente pedagógica e “construtiva”, a Lei-Quadro dos Museus Portugueses (2004) tem orientado a política museológica do país mediante o enquadramento da definição de museu e das suas funções, e a introdução da figura de colecção visitável (art. 4.º).

Considerando as responsabilidades suscitadas aos Estados Membros pela Recomendação da UNESCO relativa à *Protecção e Promoção dos Museus e das Colecções, da sua Diversidade e do seu Papel na Sociedade* (2015), qual é o ponto de situação da colecção visitável, figura que a Lei-Quadro prevê, distinguindo-a de museu?

Em primeiro lugar, é de notar a ausência de regulamentação específica para esta categoria. A Lei-Quadro apenas clarifica as condições e a preferência para que estas colecções possam beneficiar de programas de apoio e de qualificação: terem inventário dos seus bens culturais, estarem acessíveis à investigação e terem a possibilidade de visita pública regular. Dada a sua amplitude e complexidade, a figura de colecção visitável exige reflexão e aprofundamento, uma vez que impera a diversidade de tipologias, áreas disciplinares e de tutelas.

Por outro lado, nos últimos anos, a progressiva falta de recursos financeiros e humanos nos museus (problema também sofrido pela equipa inicial da Rede Portuguesa de Museus – RPM) não permitiu que fossem criadas condições para a implementação de núcleos de apoio, cuja figura e funções estão igualmente previstas na Lei-Quadro (artigos 107.º e 108.º).

Para o efeito, seria necessário apetrechar museus com competências técnicas e científicas suficientes, em diferentes lugares do país, de forma descentralizada e equilibrada. O reforço das equipas e das áreas técnicas é fundamental para poderem dar apoio a outros museus e colecções, e para dar formação, tornando-se verdadeiros museus-laboratório, conceito há muito introduzido por Georges Henri Rivière.

Entre 1994 e 1998, participei num projecto da Associação Caminus de levantamento das entidades auto-denominadas “museus” com colecções etnográficas no país, levando como referência o trabalho desenvolvido pela equipa fundadora do Museu Nacional de Etnologia. A realidade que encontrámos no terreno era muito diversificada, manifestando-se na natureza das colecções, na documentação, nas exposições, nas actividades, nos recursos, nas tutelas e nos perfis profissionais, nalguns casos amadores. De notar que algumas colecções nasciam de forma espontânea, por iniciativa individual ou de colectivos, contribuindo para salvaguardar um património importante ligado às suas vivências e aos seus interesses.

Já na equipa da RPM, entre 2000 e 2012, cedo nos deparámos com particulares ou entidades que detinham colecções, mas que não tinham meios nem recursos para cumprir as funções museológicas fundamentais à luz da definição de museu do ICOM, posteriormente consignadas na Lei-Quadro. Observávamos colecções etnográficas, de arqueologia e de história natural associadas aos sítios em que se encontravam; visitávamos colecções dispersas por entidades públicas e privadas, cuja função primeira não era a de ser museu; conhecíamos conjuntos de objectos, estru-

turas e espaços que remetiam para a memória das entidades ou das populações a que estavam associados (antigos liceus, indústrias, unidades rurais e molinológicas, entre outros). Nestes lugares e contextos, muitas vezes em risco, apesar das suas carências, estas colecções ganhavam expressão e significado, animadas pelas pessoas que as procuravam cuidar.

Com frequência solicitavam à RPM apoio técnico e orientações. Procurávamos sensibilizar para o bom desempenho das funções museológicas e para o recurso a formação, bibliografia e pessoal especializado. Foi sempre orientação da equipa da RPM promover a articulação destas colecções com museus das regiões em que se situavam, ou com afinidades temáticas. Responsáveis e profissionais de museus eram convidados a visitar estas colecções no sentido de partilhar experiências e conhecimentos. Algumas colecções visitadas deram azo a museus que vimos nascer. Acompanhámos a elaboração dos respectivos programa museológico e projecto de arquitectura, acautelando a sua operacionalidade, sustentabilidade e ligação às comunidades.

Eram os primeiros passos no sentido do mapeamento do património, do estímulo à cooperação entre museus e da perspectiva de criação de núcleos de apoio, com ligações também às universidades. Todavia, estes núcleos nunca se consolidaram durante o período em que trabalhei na RPM (e até hoje). Naquela altura, por iniciativa dos próprios museus, começaram a surgir redes regionais e temáticas de museus com um papel dinamizador e catalisador de articulações e de boas práticas, incluindo outras entidades.

A “colecção visitável” tem uma identidade própria. Será necessário clarificar esta designação: O que se entende por “visitável” e por abertura ao público de forma regular? A colecção poderá ser “visitável” apenas pontualmente em determinadas ocasiões? Terá que estar instalada num espaço? Em instalações próprias? Públicas? Poderá estar em depósito num museu? Será uma colecção disponível para empréstimo a outras entida-

des? Terá que ter alguma dimensão? Quanto à sua propriedade? Haverá alguns quesitos que assegurem a sua sustentabilidade e acautelem a sua dispersão futura?

Muitas vezes, são colecções que estão na origem da criação de museus. Como exemplo, posso referir o caso do Museu Bordalo Pinheiro, onde trabalho actualmente, o qual nasce da acção de um colecionador, Cruz Magalhães. Fundou o Museu em 1916 e impulsionou um Grupo de Amigos Defensores do Museu, ampliando a colecção. Mais tarde, em 1924, legou a sua colecção ao município de Lisboa, transitando para a EGEAC (Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural) em 2016.

Nos últimos anos, o Ciclo “Coleccionar Arte – Conversas com Coleccionadores”, promovido pelo Grupo de Amigos do Museu do Chiado, tem dado a conhecer importantes colecções particulares (algumas “visitáveis”) e contribuído para estimular o interesse pelo seu estudo.

Prevalecendo uma grande heterogeneidade, torna-se indispensável conhecer a realidade das colecções (visitáveis) no país através de um levantamento sistemático. Que colecções existem? Que tipologias? Que tutela? Qual a sua sustentabilidade? Que necessidades?

Seria útil estimular o enquadramento do estudo de colecções através de programas de unidades de investigação, universidades e museus. Implementar esta e outras medidas e programas que contemplem as colecções corresponderá ao caminhar para uma gestão patrimonial global, integrada, inclusiva e solidária.

Destaco [aqui](#) algumas linhas de acção promissoras que denotam a integração de colecções visitáveis no panorama museológico/patrimonial do país.

Espero vivamente que as recomendações internacionais, como a de 2015, tenham impacto no debate e nas políticas nacionais.

Perspectivas

A colecção é visitável? (II)



Lúcia Almeida Matos, professora da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto

O conceito de “colecção visitável” aparece na Lei-Quadro dos Museus Portugueses, em 2004. No seu artigo 4.º a Lei considera constituir uma colecção visitável o conjunto de bens culturais conservados por uma pessoa singular ou por uma pessoa colectiva, pública ou privada, exposto publicamente em instalações especialmente afectas a esse fim, mas que não reúna os meios que permitam o pleno desempenho das restantes funções museológicas. Prioritário para que a colecção visitável possa beneficiar de apoios semelhantes aos dos museus será a possibilidade de investigação, acesso e visita pública regular. Não tendo passado deste primeiro enunciado, demasiado esquemático, não foi ainda regulamentado o modo de enquadrar colecções visitáveis e muito menos enunciados critérios de acesso à Rede Portuguesa de Museus (RPM) e a eventuais apoios que, por via dessa integração, possam vir a ser disponibilizados.

A Região Autónoma dos Açores colmatou recentemente esta lacuna da Lei-Quadro, com o Decreto Legislativo Regional n.º 25/2016/A que cria a Rede de Museus e Coleções Visitáveis dos Açores. Caracterizando a colecção visitável nos mesmos termos da Lei-Quadro, avança, detalhando as condições para a respectiva certificação. Este é um importante desen-

volvimento que se espera constitua um incentivo e ponto de partida para que também a Lei-Quadro seja revista no sentido de regulamentar o estatuto da colecção visitável, incluindo as condições de integração na RPM e a eventuais apoios, à semelhança do que acontece com os museus.

Existem, em todo país, inúmeras colecções inventariadas, muitas delas acessíveis *online*, visitáveis pelo público geral e especializado, ou seja, preenchendo critérios de elegibilidade para algum tipo de certificação e conseqüente acesso a apoios que permitam a sua acrescida qualificação e divulgação. Negligenciar a formulação do indispensável enquadramento legal que as reconheça, não apenas resulta num empobrecimento do mapa de oferta cultural do país como sobretudo dificulta seriamente a iniciativa das entidades detentoras dessas colecções de procurarem acesso aos vários tipos de apoios (nem todos implicando financiamento público) actualmente existentes.

Se a regulamentação do estatuto de colecção visitável constitui um primeiro passo fundamental, importa, no entanto pensar também, e desde já, na formulação do conceito e nas suas implicações. A actual caracterização de colecção visitável indicia um entendimento de algum grau de insuficiência da colecção visitável relativamente ao museu que me parece desadequado, por ignorar o potencial positivo que a especificidade da tipologia encerra. Para clarificar o que pretendo dizer poderá ser útil lembrar o debate internacional, que é apesar de tudo recente, sobre o papel crescente das “reservas visitáveis”.

As reservas visitáveis implicam a existência de um museu, muitas vezes com vastas colecções, que ultrapassam em número e frequentemente também em tipologias, o que o museu mantém exposto ao público. O debate centra-se sobretudo no dever de proporcionar acesso público às colecções e não apenas a uma parcela muito limitada resultante de uma escolha baseada em critérios não enunciados.

Normalmente, o visitante do museu tem acesso apenas às salas de exposição. Nelas, o que tende a ser exposto constitui a narrativa coerente e estabilizada que a instituição construiu da sua colecção, correspondente a uma leitura que, muitas vezes, se eterniza eliminando tantas outras possibilidades de estabelecer relações entre os objectos expostos. Por outro lado, é sempre uma selecção a partir de um frequentemente muito mais vasto número de objectos e, por isso, implicitamente, a exposição da colecção de um museu sugere uma hierarquia, não explicada, entre o que é mostrado e o que é guardado, induzindo o entendimento que o que é mostrado é o “melhor” que a colecção tem para oferecer.

Iniciativas, também em Portugal, de abertura das reservas dos museus a visitantes, em momentos específicos, podem indiciar uma consciência deste tipo de questões por parte das instituições e constituir um primeiro passo no sentido de promover a interrogação e o debate sobre o que é apresentado pelo museu. Indo mais longe na resposta às exigências de acesso, têm aparecido, internacionalmente, projectos de novos museus que integram já, no circuito normal dos visitantes, algum grau de visualização das colecções em reserva. Noutros casos, museus com longa história e prestígio têm construído extensões dedicadas a oferecer acesso público a segmentos das suas vastas colecções que não integram a exposição apresentada regularmente e, assim, ficam permanentemente visíveis.

Se às vantagens de colecções visitáveis se incluem as que têm vindo a fundamentar a crescente promoção do acesso público às reservas dos museus é na formalização de um modelo alternativo ao museu que reside o potencial de valorização de acervos importantes que, contudo, não se constituem, por variadas razões, em museus.

A colecção visitável inverte a lógica hierárquica da relação entre exposição da colecção e reservas do museu. Implica um maior grau de inclusividade e menor hierarquização, e parece ser a resposta óbvia (ainda que

não fácil ou simples) às perguntas, dúvidas e porventura até suspeitas levantadas pelo facto de os museus manterem fora da vista do público a larga maioria das suas colecções. É, pela sua natureza, um modelo potencialmente virtuoso que importa explorar tanto por razões de pragmatismo funcional como, e sobretudo, porque se apresenta intrinsecamente flexível, aberto e integrador.

Entrevista

com Isabel Soares



Isabel Soares é actualmente chefe de divisão de Museus, Património e Arquivo Histórico do Município de Portimão. É licenciada em História, variante de Arqueologia (Universidade de Coimbra) e mestre em Museologia (Universidade de Évora) com a dissertação intitulada: “A Rede de Museus do Algarve: Funcionamento e Potencialidades” (2012). Há vários anos ao serviço dos museus, tem neste contexto dirigido o seu enfoque para trabalhos ligados à arqueologia, nomeadamente arqueologia experimental, ao inventário e às redes de museus. Integrou desde o início o grupo de profissionais que criaram a Rede de Museus do Algarve (2007).

Ana Carvalho (AC) – Passados 13 anos da aprovação e aplicação da Lei-Quadro dos Museus Portugueses, que balanço faz em termos de conteúdos, aplicação e actualidade?

Isabel Soares (IS) – A Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto, veio reforçar alguns requisitos já admitidos no regulamento de adesão à Rede Portuguesa de Museus (RPM) e veio, sem dúvida, preencher um vazio legislativo que existia até então. Esta Lei introduziu novas exigências com o objectivo de avaliar e validar oficialmente as qualidades técnicas dos museus e, sobretudo, nortear os museus na concretização das suas funções museológicas.

Apesar de considerar um documento fundamental e que contribuiu grandemente para apoiar e regular os museus, continua a ser notória a

diversidade terminológica utilizada por um número significativo de instituições (museus, núcleos ou pólos museológicos, casas-museu, parques museológicos e centros) sem recorrer a critérios ou normas legislativas. Continuam a existir museus que não comportam os principais serviços técnicos, bem como o cumprimento das funções museológicas indispensáveis.

Portanto, considero que, mais do que uma questão de conteúdos, que podem ser ajustados e adaptados à nossa realidade museológica, trata-se de uma questão de dificuldade da sua aplicação e de supervisionamento do seu cumprimento.

Ter ferramentas por si só não é garantia para conseguir construir algo, até podemos ter tudo o que é necessário, mas se não soubermos como e quando as manusear, dificilmente realizaremos um bom trabalho.

A existência da Lei não basta, é necessário que efectivamente seja aplicada e que contribua para o aumento do grau de exigência e das obrigações na criação de novos museus, e que conduza igualmente a uma melhoria das condições e dos recursos dos nossos museus.

AC – Que aspectos da Lei poderiam ser alterados, aprofundados ou acrescentados?

IS – Sem entrar numa análise detalhada, refiro dois ou três pontos que, no meu entender, poderiam ser acrescentados e/ou alterados, como por exemplo o artigo 14.º – *Incorporação de Bens Arqueológicos*. A Lei refere que a incorporação dos bens arqueológicos provenientes de trabalhos arqueológicos e de achados fortuitos é efectuada em museus, e que deve ser feita preferencialmente em museus da RPM. Contudo, o Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de Novembro – *O Regulamento de Trabalho Arqueológicos* – refere que é a Direção-Geral do Património Cultural que «(...) determina o local de incorporação definitiva do espólio no prazo de cinco

anos após o depósito, considerando: o parecer do diretor científico; o parecer das entidades locais e regionais competentes; o parecer de outras entidades públicas ou privadas, envolvidas ou interessadas; o justo equilíbrio da representação daqueles bens nas colecções das instituições de âmbito nacional, regional e local; o critério da não dispersão de espólios provenientes de um mesmo sítio arqueológico; a garantia das necessárias condições para a sua conservação e segurança.» Ou seja, são feitas duas propostas diferentes, quando deveria existir um entendimento semelhante deste assunto nos dois documentos legislativos.

Importa também aprofundar e acrescentar normas apropriadas para integrar o Património Cultural Imaterial (PCI).

Existem “novas” redes regionais de museus, portanto, deveria ser tida em conta na referida legislação, futuramente, a articulação entre a RPM e estas redes regionais com o objectivo de estabelecer um plano estratégico anual, com a finalidade de reforçar a qualificação das instituições museológicas de cada região.

AC – Em que medida a Lei poderia integrar o PCI?

IS – Aprofundando e acrescentando princípios apropriados para integrar o PCI.

Reconheço os contributos da UNESCO com a adopção da *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* em 2003, assim como todos os documentos legais sobre PCI a nível nacional, e tomo como referência o Decreto-Lei n.º 139/2009 (regime jurídico para a salvaguarda do PCI) e o Decreto-Lei n.º 149/2015 (1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 139/2009). Mas pergunto, devemos considerar a única forma jurídica de salvaguarda do património cultural imaterial, válida a nível nacional, a inscrição de expressões imateriais no “Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial”?

Este “património vivo” que existe fora de portas dos museus e que é usado pelas comunidades não deve ser, também, uma responsabilidade dos museus? Claro que sim. Nesse caso é preciso reflectir sobre a importância do PCI e sobretudo sabermos como os museus podem “ligar” o material ao imaterial. É preciso que os museus sejam capazes de criar estratégias de acção para a salvaguarda do PCI, envolvendo as comunidades, os grupos e/ou os indivíduos.

Julgo que a Lei-Quadro, paralelamente à legislação que regula a salvaguarda do PCI, deveria destacar a importância deste património e considerar os museus como facilitadores no processo salvaguarda junto das comunidades, reforçando, desta forma, a sua função social.

Sendo certo que não deve existir nesta legislação uma “receita” com normas ou regras para a salvaguarda ou classificação de todas as expressões culturais do PCI, refiro, tão-somente, o interesse de se tornar clara a responsabilidade dos museus no envolvimento com este património. Que esta Lei contribua para estimular os museus a identificarem, a protegerem, a divulgarem, a promoverem, através do estudo, da inventariação, das exposições e do serviço educativo as expressões do PCI, e sobretudo que incluam a participação das comunidades nestes processos.

Assim, a Lei-Quadro poderia recomendar boas práticas ou criar documentos de trabalho que norteassem os museus neste contexto.

AC – O papel e a função da RPM está também consignado na Lei. Que diagnóstico e avaliação faz da actual situação da RPM e que estratégias poderiam ser desenvolvidas, na sua opinião, para a revitalização da Rede?

APR – O papel da RPM foi bastante relevante para a qualificação dos museus no país. As linhas programáticas estabeleceram três eixos de acção: informação, formação e qualificação que contribuíram, sobre-

maneira, para a qualificação dos nossos museus. Contudo, nota-se uma estagnação no crescimento da RPM e uma quase interrupção na continuidade dos seus trabalhos, sobretudo no que diz respeito à suspensão de programas de apoio técnico e financeiro, à ausência de monitorização dos museus, ao descontinuar de canais de divulgação e promoção de boas práticas museológicas, como o boletim da RPM.

Para revitalizar esta rede é preciso retomar o trabalho já feito, dando continuidade aos seus eixos de actuação. Todavia, devem seguir igualmente novos caminhos, particularmente no campo das parcerias e da articulação. Seria necessário continuar a apoiar e a estimular as iniciativas de trabalho em rede, principalmente no incremento de redes de museus regionais e sua articulação com a RPM, com o objectivo de serem elaborados planos estratégicos anuais para reforço da qualificação das instituições museológicas de cada região.

Dito isto, é indispensável assegurar a existência de uma equipa técnica especializada e reverter a fusão organizacional, criando novamente um Instituto de Museus.

Falta ainda autonomia financeira que garanta a continuidade dos programas de apoios técnicos e financeiros, assim como recuperar os canais de comunicação da rede, e, por fim, a importância de serem criados, efectivamente, os “prometidos” núcleos de apoio, definindo claramente, quem serão, como irão funcionar e onde deverão existir.

AC – A categoria de “coleções visitáveis” é também contemplada na Lei (art. 4.º). Que problemas se continuam a colocar e que caminhos poderiam ser trilhados?

IS – Há um número significativo de colecções visitáveis que têm dificuldades. Carentes de recursos humanos e financeiros, muitas não reúnem condições para cumprirem as funções museológicas básicas. No caso do

Algarve, destaco o número excessivo de “núcleos” ou “pólos” que estão abertos ao público, nalguns casos não dependendo de nenhum museu e sem reunirem as condições mínimas para cumprirem as suas funções. De facto, na maioria dos casos, as suas actividades resumem-se a exposições permanentes. Geralmente, trata-se de colecções expostas em salas sem condições apropriadas. Não será exagerado afirmar que estes “espaços visitáveis” não cumprem os requisitos para investigar, preservar e comunicar as suas colecções.

Esta situação preocupa os profissionais dos museus e reafirma a necessidade de se construírem redes de museu regionais, como é o caso da Rede de Museus do Algarve.

Estas “colecções visitáveis”, mencionadas na Lei, devem ser objecto de programas de apoio e de qualificação que devem ser criados urgentemente. No entanto, as parcerias, a formação e o apoio técnico, a monitorização, poderão ser instrumentos de ajuda fornecidos, actualmente, pelas redes regionais já existentes, refiro-me sobretudo na zona sul às redes do Alentejo e do Algarve.

AC – A Lei previa a criação de “núcleos de apoio a museus” (art. 107.º) para apoiar tecnicamente outros museus e promover a cooperação. Na sua opinião, porque razão esta medida não chegou a ser implementada? E o que é necessário para que seja colocada em prática?

IS – Julgo que os núcleos de apoio não foram implementados porque nunca foi definido, claramente, quais seriam os museus e como iriam funcionar. Esta forma de desconcentração de coordenação da actividade dos museus da RPM necessita de um diagnóstico rigoroso de quais os museus nacionais ou museus da RPM que se destaquem na qualidade dos serviços prestados e em que valências.

Considerando as características dos museus e analisando as principais careências de cada região, numa perspetiva de conhecimento da realidade museológica, é possível fazer uma real avaliação de onde poderá ser feita a instalação dos núcleos. Será que deve existir um único núcleo de apoio em cada área geográfica, ou vários núcleos, de acordo com as valências e recursos disponíveis nos museus da RPM?

O museu escolhido para núcleo de apoio numa determinada área geográfica terá que dispor, obrigatoriamente, de meios técnicos e humanos para apoiar os restantes museus da região nas áreas carenciadas. Mas como e de que forma? Serão dados apoios financeiros e técnicos a estas estruturas de apoio, de forma a consolidar e a desenvolver as valências para as quais estão mais vocacionados? Como poderão estes núcleos de apoio combinar o seu trabalho com as redes regionais já existentes e com a RPM?

São demasiadas perguntas, ainda sem resposta, que obrigam a uma reflexão detalhada.

Reconheço a necessidade e a importância de se formarem os núcleos de apoio nos museus nacionais ou da RPM, contudo, deve ser ponderada de que forma e em que condições os museus escolhidos poderão constituir-se enquanto núcleos de apoio. Todavia, é importante não esquecer que estes núcleos terão que ter forçosamente capacidade para apoiar tecnicamente os outros museus, dar pareceres, elaborar relatórios, partilhar recursos, definir princípios de parcerias, contribuir para programação museológica a nível regional, tudo isto em conformidade com o determinado na legislação em vigor.

No contexto de cooperação e articulação entre museus, sublinho, hoje, o papel que as redes regionais têm tido na promoção das boas práticas museológicas, na partilha de informação, na troca de experiências e, por fim, na realização de parcerias entre os museus a nível regional.

AC – Na agenda política as questões ligadas à descentralização, transferindo mais poder para as câmaras e Juntas Metropolitanas, ficaram para o pós-autárquicas. Advinham-se impactos também para o campo dos museus. Como perspectiva esta situação?

IS – Estas transferências de competências, forçosamente, têm que ser acompanhadas por um “envelope financeiro” e por um reforço de recursos humanos especializados necessários para desempenhar os novos encargos e até, se possível, contribuir para melhorar os serviços existentes. No caso específico dos museus, é preciso ter em consideração que muitos têm recursos escassos (técnicos, humanos e financeiros), por isso esta reforma terá que ter em conta esta realidade e contribuir para melhorar e qualificar os nossos museus.

Conferências: comentários

Desafios Actuais e Futuros

Reunião anual do ICOM central

Maria de Jesus Monge, tesoureira do ICOM Portugal



O ICOM Portugal participou, de 7 a 9 de Junho, nas reuniões do ICOM central que tiveram lugar nas instalações da UNESCO, em Paris, sendo representado pelo presidente, José Alberto Ribeiro, e pela tesoureira, Maria de Jesus Monge. No dia 7 realizaram-se os encontros dos comités nacionais e internacionais, no dia seguinte o 83.º encontro do Conselho Consultivo, e, no dia 9, a 32.ª assembleia-geral e a assembleia-geral extraordinária. Nestes três dias de trabalho debateram-se questões que a todos preocupam e procuraram-se soluções que consigam acomodar realidades muito diferentes. Destacamos algumas das questões e conclusões.

Do [relatório anual](#) do ICOM central de 2016 sobressaíram os seguintes números: 37140 membros (aumento de 5,2%); 115 comités nacionais (representantes de 141 países e territórios), e 30 comités internacionais.

A gestão dos membros é um dos aspectos que maiores questões levanta, por forma a cumprir rigorosamente os estatutos do ICOM e garantir que a aplicação pelos diferentes comités nacionais é idêntica. Trata-se de um desafio adicional mas fundamental para garantir que o ICOM é uma associação de profissionais de museu, num quadro internacional em que cada vez mais as equipas técnicas são reduzidas e dão lugar à contratação externa de recursos humanos.

Está em curso a revisão da definição de Museu, uma reflexão já iniciada pelo ICOFOM (Comité Internacional do ICOM para a Museologia) que, na sequência destas reuniões, promoveu o colóquio [Définir le Musée du XXIe Siècle](#), que deu origem a uma publicação digital com o mesmo título, organizada por François Mairesse (presidente do ICOFOM).

A ligação entre comités nacionais e internacionais deverá ser reforçada através do incremento da participação dos membros nos grupos de trabalho temáticos, local privilegiado para a troca internacional de experiências e partilha de recursos. Está aberta a discussão, com a criação de um grupo de trabalho sobre a oferta existente e a pertinência da manutenção da organização actual. A reunião dos comités internacionais produziu já importantes linhas orientadoras, nomeadamente no que respeita ao funcionamento, obrigações, preservação dos arquivos, etc.

O trabalho das alianças regionais tem-se revelado produtivo, promovendo redes de base essencialmente geográfica, cruzando esforços e interesses comuns; novos projectos de criação destas redes deverão ser devidamente enquadrados para evitar redundâncias. O ICOM Europa tem actualmente como presidente Luís Raposo, que tem imprimido a esta aliança assinalável dinamismo e procura neste momento congregar projectos para o Ano Internacional Europeu do Património 2018.

A presidente do ICOM central, Suay Aksoy, realçou os esforços desenvolvidos no combate ao tráfico ilegal de bens culturais, designadamente como resultado dos conflitos armados em curso. Às publicações da *Red List* do ICOM existentes, soma-se a *Red List of West African Cultural Objects*.

Sublinhou-se igualmente o papel do ICOM na divulgação e implementação da [*Recomendação Relativa à Protecção e Promoção dos Museus e das Coleções, da sua Diversidade e do seu Papel na Sociedade*](#) (UNESCO, 2015).

Os temas aprovados para o Dia Internacional de Museus (DIM) nos próximos anos são: *Museus Hiperconectados: Novas Abordagens, Novos Públicos* (2018) e *Museus como Plataformas Culturais: o Futuro da Tradição* (2019). A próxima conferência-geral do ICOM terá lugar em Quioto (Japão), de 1 a 7 de Setembro de 2019 e terá como fio condutor o tema do DIM de 2019.

Na apresentação dos resultados financeiros é de realçar o esforço de transparência e a fluência dos trabalhos.

A assembleia-geral extraordinária votou as seguintes alterações: Estatutos (art. 10, secção 3 e 4; art. 11, secção 1; art. 13, secção 3; art. 14; art. 20, 23 e 24); embora de natureza pontual, estas alterações contribuem para a clarificação de aspectos referentes a procedimentos administrativos; Regulamento interno (art. 2.4; art. 3.2.2., 3.2.3., 3.2.4., 3.2.6.; art. 5.1 e 5.2.5.; art. 6.1. e 6.5; art. 8.1.; art. 9; art. 10).

Decorreu, ainda, uma sessão de apresentação da nova base de dados de membros do ICOM central, em fase de testes, mas que estará activa em finais de 2017. Este instrumento, há muito aguardado, implica uma actualização das bases de dados de cada comité nacional, prévia à migração de dados para a base de membros central. Esta base de dados permitirá uma maior agilidade de procedimentos e a partilha de informação, mas não altera substancialmente as obrigações das comissões nacionais.

Redesenhar os Museus. Competências Digitais para a Mudança e Inovação

Projecto Mu.Sa – Museum Sector Alliance

Ana Carvalho, museóloga



Damos nota neste texto sobre a conferência realizada no âmbito dos trabalhos que decorrem do projecto [Mu.Sa](#) – *Museum Sector Alliance* (2016-2019) no qual o ICOM Portugal é parceiro.¹ O projecto tem como objetivo criar um conjunto de ferramentas educativas que promovam o desenvolvimento de competências digitais nos profissionais de museus, através de sistemas de formação em *e-learning*, onde se inclui a concepção de um MOOC (*Massive Open Online Courses*). A conferência *Re-desig-*

¹ O projeto Mu.Sa – *Museum Sector Alliance* é financiado pelo programa Erasmus + e é coordenado pela Hellenic Open University (Grécia). O consórcio conta com três parceiros portugueses: o ICOM Portugal, a Universidade do Porto e a empresa Mapa das Ideias, e ainda oito parceiros de Itália, Grécia e Bélgica: Melting Pro Learning (Itália), Link Campus University (Itália), National Organisation for the Certification of Qualifications and Vocational Guidance (Grécia), Symbola -Foundation for Italian Qualities (Itália), The Institute of Vocational Training AKMI (Grécia), Istituto per I Beni Artistici Culturali e Naturali della Regione Emilia Romagna (Itália), ICOM Grécia e Culture Action Europe (Bélgica). <http://www.project-musa.eu>

ning Museus. Digital Skills for Change and Innovation (13 de Julho) realizou-se no seguimento de dois dias de reuniões internas do projecto e viu-se apresentar publicamente o projecto e os resultados da investigação já obtidos, mas também prolongar a discussão com outros profissionais do sector, cimentando ou contraponto ideias sobre esta matéria. O evento teve lugar em Roma, na Link Open University, um dos parceiros do projecto.

A conferência estruturou-se em três momentos distintos. O primeiro consistiu na apresentação do projecto por Achilles Kameas (Hellenic Open University), coordenador do Mu.Sa, sobre os objectivos e resultados alcançados até ao momento. A segunda intervenção coube a Antonia Silvaggi (MeltingPro Learning), coordenadora do trabalho desenvolvido na primeira fase do projecto, que consistiu no levantamento das necessidades dos profissionais de museus na área das novas tecnologias no contexto português, grego e italiano. Neste sentido, pretendeu-se compreender de que modo os museus estão a responder aos desafios das novas tecnologias e do digital nas várias áreas de actuação (gestão, comunicação, educação, exposição, gestão de colecções e envolvimento de públicos). Uma outra dimensão analisada nos três países foi o mapeamento da formação formal e não formal na área da Museologia e em que medida se tem (ou não) introduzido as novas tecnologias e o digital nos *curricula* académicos e nos planos de formação profissional. No contexto desta conferência, Antonia Silvaggi, focou-se na apresentação de uma síntese de dez aspectos (*Digital Transformation Decalogue*) identificados a partir da investigação desenvolvida, e entendidos como elementos-chave que podem contribuir para a transformação digital nos museus. São os seguintes: 1) desenvolver uma liderança forte que suporte uma mudança de mentalidades no repensar da passagem de processos já existentes para o digital; 2) promover a confiança digital em todos os membros da equipa do museu; 3) apoiar o desenvolvimento profissional de forma continuada em relação às novas tecnologias; 4) conhecer as necessidades dos

públicos para implementar experiências significativas; 5) desenvolver as *soft skills* mas também as competências digitais; 6) aprender com os pares e com os públicos; 7) apoiar a digitalização das colecções e dos arquivos; 8) mudar no sentido de abordagens mais abertas; 9) proporcionar um ambiente seguro onde se pode experimentar enquanto processo de erro e tentativa; 10) melhorar as colaborações internas e externas.

O segundo momento do encontro centrou-se em dois estudos de caso distintos, com a intervenção dos responsáveis pelos departamentos de novas tecnologias do Victoria & Albert Museum (Londres) – por Duncan Gough –, e do Museo Nazionale della Scienza e della Tecnologia Leonardo da Vinci (Milão) – por Paolo Cavalotti.

Seguiu-se o terceiro momento do encontro com uma mesa-redonda composta por oito especialistas – alguns participantes no projecto, como foi o caso de Alexandre Matos (ICOM Portugal), e outros externos ao projecto – sendo moderada pela jornalista Valentina Tanni (*Artribune*)². Várias questões foram levantadas. Destacamos algumas. Sobressaiu uma perspectiva optimista e benevolente quanto ao papel das tecnologias e da expectativa de que através destas se pode melhorar a comunicação dos museus no sentido de oferecer um serviço mais eficaz e que vá de encontro às necessidades dos visitantes. Transformação e agilidade foram palavras-chave referidas amiúde. Embora se reconheça que os museus não são indiferentes aos desafios das novas tecnologias (ex. digitalização de colecções, entre outros), é necessário contrariar o passo lento dos museus para se tornarem mais ágeis face à mudança. Como? Através de políticas mais pro-activas (e lideranças atentas), recursos (financeiros e humanos) e a capacitação contínua dos profissionais de museus.

² Leia-se o pequeno artigo da *Artribune* a propósito desta conferência: <http://www.artribune.com>

Ligando o Passado e o Presente

Conferência Trienal do ICOM-CC

Hélia Marçal, coordenadora do Grupo de Teoria e História da Conservação do ICOM-CC

Joana Silva, bolsista de doutoramento da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa



Passados 50 anos desde a fundação do [ICOM-CC](#) (Comité Internacional do ICOM para a Conservação), de que forma fará sentido continuar a pensar a Conservação-Restauro? Com o tema *Linking Past and Future*, a conferência trienal do ICOM-CC ocorreu entre 4 e 8 de Setembro em Copenhaga, respondendo de forma transversal a esta questão e ao refletir sobre o passado e o futuro da disciplina sob vários pontos de vista.

Em primeiro lugar, esta conferência festejou o 50.º aniversário de uma forma singular: através da publicação de uma brochura com uma breve história do Comité, dos seus eventos, coordenadores e dirigentes, publicações e com a introdução de duas plataformas *online*. A primeira plata-

forma tem como objetivo tornar públicas todas as publicações realizadas sob a alçada deste Comité (<http://icom-cc-publications-online.org>) – que inclui, numa primeira fase, as actas de todos os encontros (sendo que as actas das conferências trienais de 2011 e de 2014 já se encontram parcialmente disponíveis) e, numa segunda fase, todas as restantes publicações (reuniões internas, *newsletters*, entre outras). A segunda plataforma, intitulada *My Moment*, permite aos membros do Comité partilhar fotografias (ou momentos) de eventos passados.

Em segundo lugar, a transversalidade desta conferência tomou a forma de vários temas organizados em sessões relativas a cada um dos 21 grupos de trabalho especializados, agrupados de acordo com a especificidade dos materiais ou com questões mais teóricas e filosóficas. Todos os grupos de trabalho estiveram representados (apresentações paralelas), num total de 150 comunicações orais, e 93 apresentações de posters. Estiveram presentes na conferência aproximadamente 1000 pessoas, de todos os continentes. Esta diversidade gerou uma plataforma muito rica de intercâmbios, que foi sendo fortalecida ao longo da semana, no decorrer das sucessivas pausas para café e das receções no final de cada dia. A organização disponibilizou, ainda, uma vasta lista de instituições/museus/arquivos onde foi possível realizar visitas técnicas.

Foi evidente, ao longo das várias sessões, que o passado e o futuro da Conservação continuam inevitavelmente ligados. Na *anniversary lecture* que iniciou esta conferência, proferida por Kathleen Dardes, discutiu-se o passado do ICOM-CC e o documento seminal *The Conservator-Restorer: A Definition of the Profession* de 1984, tendo-se sugerido uma redefinição do documento e da profissão face aos desafios actuais, nomeadamente, o aumento da colaboração com os públicos e as alterações climáticas. Salvador Muñoz Viñas, um dos oradores convidados, lembrou a relevância das componentes intangíveis do património cultural, referindo, também,

a necessidade de elevar (em vez de diminuir) o conhecimento dos públicos nesta era das redes sociais.

Na última sessão plenária da conferência, liderada por antigos coordenadores do ICOM-CC, refletiu-se, mais uma vez, sobre o Comité e a sua relevância na profissão do conservador-restaurador. Foram abordadas questões sobre as conquistas alcançadas e os principais desafios para o futuro. Como pontos a melhorar, destacou-se a falta de envolvimento dos membros nos grupos de trabalho, que se pode atestar, por exemplo, pela elevada abstenção na votação dos coordenadores dos grupos, ou pelo fraco número de sugestões para o melhoramento dos grupos. Discutiram-se também questões financeiras, tais como o elevado valor das inscrições nas conferências, que foi justificado por dificuldades financeiras. Ainda a este respeito, reconheceu-se o esforço que o Comité tem feito para tentar contornar a impossibilidade de receber dinheiro de mecenadas. Criticaram-se também os entraves colocados aos conservadores-restauradores a trabalhar no privado para se tornarem membros do ICOM-CC, fazendo com que se encontrem pouco representados. Apesar dos problemas identificados, frisou-se a importância das conferências trianuais, assim como dos encontros internos dos grupos de trabalho para a atualização e criação de conteúdos relevantes para os profissionais.

Finalmente, um dos principais desafios futuros da profissão e desta disciplina prende-se com a acreditação da profissão e o desenvolvimento de princípios de trabalho profissional digno. Note-se que este é um assunto que tem vindo a ser discutido em Portugal, nomeadamente pela ARP (Associação Profissional de Conservadores-Restauradores de Portugal), assim como a necessidade de desenvolver um mecanismo de acreditação que seja transversal e de carácter internacional. Este passo é considerado fundamental não só para o desenvolvimento e dignificação da profissão como também para uma efectiva proteção do património cultural.

Documentação: Passado, Presente, Futuro...

Conferência Anual do CIDOC

Alexandre Matos, membro da direcção do CIDOC



A [conferência](#) anual do CIDOC (Comité Internacional do ICOM para a Documentação) decorreu entre 25 e 30 de Setembro, em Tbilisi (Geórgia). Participaram aproximadamente 180 conferencistas de 52 países – desde os Estados Unidos até à Austrália, passando pelo Irão e pela Zâmbia – representando uma visão multifacetada da actualidade desta área. Esta visão global é conseguida, em boa parte, pelo apoio que o Comité tem recebido da Getty Foundation para um conjunto de bolsas que subsidiam a participação de profissionais oriundos de países com maiores dificuldades económicas que de outra forma não poderiam juntar-se a estas discussões.

O CIDOC, como comité internacional do ICOM, tem como missão providenciar aos museus e seus profissionais as boas práticas e os mais re-

centes desenvolvimentos sobre técnicas, procedimentos, instrumentos (normas) e tecnologias que possibilitam salvaguardar, estudar e tornar acessível o património por eles guardado. É uma responsabilidade enorme para os nossos dias se tivermos em conta a influência que a evolução tecnológica trouxe nas últimas décadas para esta área, e que se massifica, cada vez mais, com o acesso generalizado à internet e aos meios de comunicação, em que a documentação do património cultural tem um papel fulcral.

Esta conferência espelhou a preocupação que a organização e a direcção do CIDOC tiveram com o mote escolhido: reflectir sobre o passado e o presente desta área, não descurando o que o futuro nos reserva ou parece reservar. Em diversas apresentações percebemos os erros e as conquistas do passado. Mostramos caminhos traçados que deram em becos sem saída, mas onde aprendemos muito e se revelaram úteis para novos rumos. No entanto, também vimos projectos de sucesso em franca expansão, como o LIDO e o CIDOC CRM ou ainda o SPECTRUM desenvolvido por uma larga comunidade de profissionais de todo o mundo sob a égide da Collections Trust, para citar apenas alguns exemplos do conjunto de *workshops* realizados antes da abertura oficial da conferência.

A actualidade foi focada em diversas apresentações ao longo da conferência, começando, desde logo, pela primeira conferencista convidada, Rusudan Mirzikashvili da Geórgia, que falou sobre os processos, a visão e os princípios do desenvolvimento das políticas culturais naquele país, onde percebemos a abertura e a preocupação com uma acessibilidade generalizada sem descuidar as questões de salvaguarda e do estudo do vasto e rico património georgiano. Aliás, foi o que pudemos perceber da prática dos museus daquele país, nas palavras do segundo convidado, David Lordkipanidz, que é responsável pelos museus estatais, com um conjunto de exemplos do que está a ser feito para implementar as políticas definidas e que tem, segundo o mesmo, um alcance significativo para o país

e para a população, e granjeia um enorme reconhecimento na comunidade científica internacional.

Além do caso da Geórgia, mostrado nestas duas intervenções de maior fôlego, assistimos também a apresentações de diferentes países que demonstram o enorme trabalho que o CIDOC, e principalmente o ICOM, têm pela frente nos países que, por diferentes motivos, apresentam ainda dificuldades extremas para documentar e tornar acessível a informação sobre o seu património. Uma das apresentações que mais nos agradou foi a do colega iraniano Hassan Rayeni sobre as dificuldades da documentação em museus quando confrontados com a mudança do discurso político e das políticas implementadas por diferentes, muitas vezes antagónicas, governos. Um tema interessante e actual, se tivermos em atenção a situação vivenciada em alguns museus brasileiros, onde o reflexo das mudanças políticas tem um impacto dramático na missão e na actuação das organizações junto do público. O acesso universal deve servir para todas as colecções e não apenas para as que reflectem a política vigente. Foi a mensagem que nos ficou desta e de outras apresentações no CIDOC.

Por fim, tivemos também um conjunto de apresentações mais dirigidas a aspectos ligados a normas, técnicas e instrumentos que estão ao dispor dos profissionais de documentação em museus. Destacamos, pela sua relevância a apresentação do programa “Vocabulários Getty” (Getty Foundation), e a sua crescente importância como ferramenta de trabalho diário na classificação e normalização dos conteúdos sobre as colecções e, com um cariz mais técnico, o trabalho de desenvolvimento da norma IIF, que tem como objectivo promover a interoperabilidade em recursos baseados em imagens disponíveis em repositórios existentes em todo o mundo. Dois trabalhos de extrema importância para facilitar o acesso à informação sobre o património que representam o espírito norteador da criação do CIDOC em 1950.

Formação para a Inclusão: A Acessibilidade é Exequível?

IV Congresso Internacional Educação e Acessibilidade em Museus e Património

Marta Ornelas, investigadora do Centro de Investigação e de Estudos em Belas-Artes (CIEBA) da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa



Em prol da diversidade

O IV Congresso Internacional *Educação e Acessibilidade em Museus e Património*, dedicado este ano à «[Formação para a Inclusão: A Acessibilidade é Exequível?](#)» (2-4 de Outubro, entre Lisboa e Batalha, co-organização do ICOM Portugal), trouxe, na minha perspectiva, importantes contributos, sobretudo em duas vertentes. Por um lado, a divulgação de práticas que os países participantes têm levado a cabo, revelando que trabalhar em prol da diversidade é possível e desejável. Por outro lado, uma

notória tomada de consciência do trabalho que ainda se encontra por fazer na área da acessibilidade nos museus e património.

Realço a transição gradual que está a ter lugar, quer em Espanha, quer em Portugal, na utilização de termos específicos em torno do tema da acessibilidade. Palavras como “deficiente”, “*minusválido*” ou “*descapitado*” estão em desuso pela sua conotação pejorativa, podendo utilizar-se “pessoa com deficiência” ou “*persona con discapacidad*”, determinando maior apreço pela pessoa. Não obstante, a acessibilidade não se relaciona apenas com deficiência. O Congresso demonstrou também a relevância do acesso aos museus e ao património por parte de todos os cidadãos. Todos significa a inclusão de, para além das pessoas com deficiência, todas as outras, independentemente das suas características. Esta mudança de paradigma leva à necessidade de reforço de termos como “diversidade” em lugar de outros como “diferença” (que se subentende diferença da norma vigente). «*La diversidad es la norma, y no la excepción de la dimensión humana*», proferiu António Espinoza na sua comunicação. Olhar para a diversidade em lugar de olhar para a diferença, permite que cada pessoa – que é, está e/ou pensa de forma diversa – exerça a sua cidadania através dos seus direitos e das suas responsabilidades, questionando o conformismo, as assimetrias e as injustiças sociais.

Abranger a diversidade obriga a um questionamento permanente que deve ser, por defeito, interminável. Quando deixar de existir questionamento, deixa de existir o reconhecimento da diversidade. Olhar para a diversidade é, portanto, um trabalho contínuo e complexo que deve ser desenvolvido sem a pressa de o dar por concluído, não descurando a sua urgência. E, se se pretende um envolvimento sério das pessoas, há que trabalhar com e não para a diversidade.

Destaco a participação generosa das pessoas presentes no Congresso – oradores e público – que cederam por escrito sugestões e comentários à organização do encontro. Estas contribuições, para além de servirem a

memória colectiva e de serem úteis na realização de encontros futuros, ajudaram a transformar as conclusões num registo mais participativo, portanto, mais inclusivo e mais diverso.

Das comunicações apresentadas e dos registos escritos pelos participantes, destaco os seguintes temas:

COOPERAÇÃO – necessidade de criação de espaços de partilha e de trabalho colaborativo, quer dentro das organizações, quer entre organizações e pessoas implicadas na acessibilidade como área transversal;

FORMAÇÃO – necessidade de habilitar as pessoas para trabalhar com a diversidade, quer através de qualificações académicas, quer de acções de formação contínua;

PARTILHA – importância da divulgação pública de experiências que contemplem também obstáculos encontrados, de modo a que a partilha possa contribuir para a descoberta de estratégias de eliminação/diminuição dos constrangimentos;

VOCABULÁRIO – insistência na difusão de uma linguagem inclusiva, abrindo o leque da acessibilidade para além da deficiência e da diferença;

QUESTIONAMENTO – conveniência de que a diversidade não se encerre em eventos pontuais, mas que consista em actos continuados, avaliados e permanentemente questionados.

Por último, saliento o espírito de partilha, aprendizagem e companheirismo que se desenrolou nos três dias de convívio pessoal e profissional entre os participantes. Estivemos juntos pela educação e acessibilidade. Criámos laços e pontes. Estamos todos do lado da diversidade. «Precisamos de cidadãos críticos e informados», expressou Álvaro Laborinho Lúcio. Este Congresso terá certamente contribuído com um passo na persecução desta premissa.

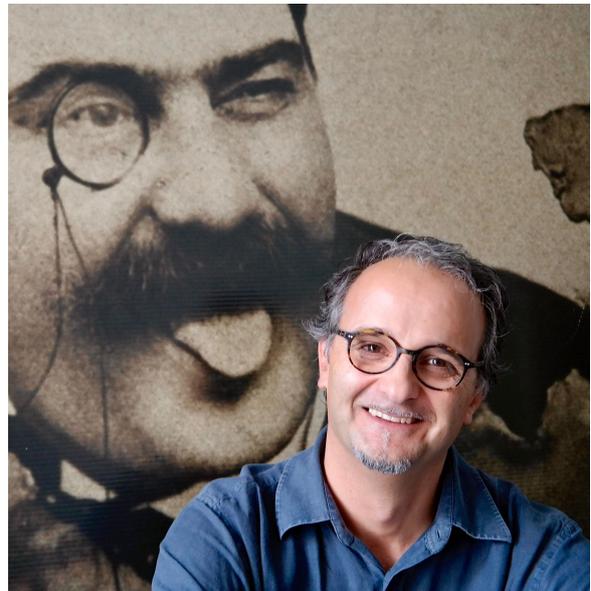
Nota da ed.: Está também disponível um resumo da conferência elaborado pela organização do Congresso em: <http://icom-portugal.org>

Museus & Pessoas

João Alpuim Botelho

Por Ana Carvalho

João Alpuim Botelho é desde 2014 director do Museu Bordalo Pinheiro, em Lisboa. Alia o profissionalismo com o humor, não fosse este um museu sobre a obra de um personagem único e extravagante que personifica o humor no séc. XIX – Rafael Bordalo Pinheiro. Um salto para a contemporaneidade pode muito bem ser o que caracteriza o modo como se entende ser o coração da actividade deste museu. Fomos conhecer melhor o percurso deste museólogo, as suas motivações e o trabalho que desenvolve com a sua equipa no Museu Bordalo Pinheiro.



Não podia haver melhor forma de ser recebida. A meio do jardim do Campo Grande, em Lisboa, encontro Cláudia Freire, museóloga do Museu Bordalo Pinheiro, que me reconhece e acompanha até ao museu e ao encontro de João Alpuim Botelho, que já me aguardava, ainda antes da hora marcada. Sou então conduzida pelo director do museu pelas salas de exposição, numa visita guiada com paragens incisivas que me dão a conhecer a razão de ser deste museu, aberto ao público desde 1916. Entramos, assim, no universo *Bordaliano*.

Quem foi este homem singular no seu tempo? Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905) ficou conhecido pelos *cartoons* que publicou nos jornais de que

era proprietário e pelos trabalhos na fábrica de cerâmica que ajudou a fundar. Poderia ser o que hoje apelidamos de designer, seguramente um designer fora do comum. Homem de grande talento, usufruiu da liberdade que tinha ao serviço do humor e da sátira mordaz à política vigente e à vida em sociedade do séc. XIX. «Não foi o primeiro caricaturista português, mas foi o homem que a tratou com mais respeito e talento, tendo feito da caricatura uma arte maior», sublinha João Alpuim Botelho. E acrescenta: era «um performer da vida», é isso que «está por detrás de tudo o que o Bordalo fazia». A inovação é outro traço que caracteriza Bordalo. Também ficou conhecido por muitos por ter criado a figura do Zé Povinho e seus manguitos, mas a sua obra é bem mais vasta e multifacetada, como se comprova durante a visita ao museu.

Poderá dizer-se que o Museu Bordalo Pinheiro é fruto do amor e do humor. O museu foi fundado por Cruz Magalhães (1864-1928) – poeta, panfletário, crítico e humorista –, que após a morte da mulher decidiu superar o desgosto desta perda dedicando-se ao coleccionismo, em particular à constituição de uma colecção centrada na obra humorística de Bordalo e subsequentemente a construção de um museu, que é tido como um dos primeiros edifícios construídos de raiz para albergar um museu e o mais antigo em funcionamento no nosso país.

Depois de uma “viagem” pelo espírito *Bordaliano*, ingressamos numa outra viagem – na trajectória de vida e pensamento de João Alpuim Botelho, director deste museu há três anos e meio. A conversa continua no seu gabinete, no último piso da antiga moradia de Cruz Magalhães (nas traseiras do museu) –, entrecortada pelos sons da cidade que entram janela adentro. Peço-lhe para se descrever como profissional. Hesitante, prefere falar antes da forma como vê os museus, e aquilo que na sua opinião reside o seu potencial, ou seja «a possibilidade de os museus se transformarem em janelas para outros temas, e de um tema se relacionar com muitos outros». A motivação de todos os dias está na paixão com

que se dedica ao trabalho, na vontade de fazer as coisas, e pelo facto de nos museus «podermos fazer muitas coisas diferentes», sublinha. Acrescenta que nesta profissão há um «lado de risco que precisamos de ter». A «vontade de conhecer mais e a curiosidade» são outros aspectos que considera importantes. Não obstante, confessa que a par com «uma grande ansiedade para fazer muitas coisas, às vezes, é preciso refrear».

Quando lhe pergunto que conselhos daria a alguém que pretenda trabalhar em museus refere a experiência que teve recentemente na selecção de candidatos para lugares em museus. Para além do *background* académico, que não é de somenos importância, valorizou-se sobretudo a «experiência de vida» (como o envolvimento em actividades culturais e/ou associativas) e o «contacto com diferentes realidades». «Esse enriquecimento pessoal é muito mais importante do que acabar um curso com média de 18 valores sem ter havido contacto com o mundo do trabalho», afirma.

Viana - Lisboa - Viana - Lisboa

Embora a família seja de Viana do Castelo foi por acaso que lá foi nascer durante as férias, corria o ano de 1967. Mas foi em Lisboa que João Alpuim Botelho cresceu e estudou. Fez o curso de História na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, mas «nunca quis dar aulas, queria fazer outras coisas», ressalta. Começou por trabalhar no Centro Nacional de Cultura com Helena Vaz da Silva e Maria Calado, que reconhece como tendo sido «uma enorme escola para fazer coisas».

Aos 23 anos decidiu ir viver para Viana levado por uma ideia romântica de regresso à vida na província. Na Câmara Municipal de Viana do Castelo fez de tudo um pouco na organização de actividades culturais: do teatro às festas, até chegar aos museus, e a um museu em particular – o Museu do Traje, cuja génese acompanhou e mais tarde dirigiu

(1999-2009). Foi nessa altura que fez o mestrado em Museologia e Património (2007) na Universidade Nova de Lisboa. Da experiência em Viana há dois aspectos importantes que guiaram o seu trabalho. Por um lado, a ligação dos trajes tradicionais ao território, que procurou estabelecer criando uma rede de núcleos museológicos etnográficos nas freguesias rurais (entretanto desactivada). Por outro lado, mais do que um discurso fechado e hermético sobre a tradição em moldes fixados e imutáveis, considerou sempre mais importante a ênfase nos valores simbólicos e identitários, e a atenção (e abertura do discurso) a novos usos e apropriações contemporâneas das tradições.

Da experiência de trabalho em Viana foi referência substantiva o etnógrafo Benjamim Enes Pereira, com quem colaborou de perto. Lembra a influência que o etnógrafo teve na própria forma de olhar a lógica da musealização de sítios com valor etnográfico, que implicasse ter em conta uma reflexão crítica a montante sobre a perda de funcionalidade dos mesmos, e a premência de rever a “necessidade” efectiva da “preservação pela preservação” indiscriminada, sem atender a aspectos tangíveis como a sua sustentabilidade a longo termo, entre outros aspectos.

Um interregno de três anos (2002-2005) levou-o ao Porto para o cargo de director executivo da Culturporto, uma associação de produção cultural privada financiada pela Câmara Municipal do Porto, que era responsável pela gestão do Teatro Rivoli e pela animação da cidade. Estávamos então no rescaldo do Porto 2001 Capital Europeia da Cultura e vivia-se um contexto de grandes expectativas a nível de programação cultural. Com essa experiência «aprendi muito; em termos de estratégias de produção, e de como temos de jogar com orçamentos para que não seja um entrave às ideias e à vontade de fazer as coisas».

De volta à Câmara Municipal de Viana do Castelo ainda chegou a ocupar o lugar de chefe de divisão dos museus. O que o levou então a mudar-se para Lisboa? – perguntamos. João Alpuim Botelho não esconde o desa-

lento. Estávamos na altura da *troika*, vivia-se uma conjuntura desfavorável à vontade de fazer, «começou a ser difícil desenvolver um trabalho com algum interesse e aí comecei a olhar à volta, para onde podia ir.» Veio de facto para o Museu de Lisboa em Setembro de 2013 e logo depois surgiu o convite para coordenar o Museu Bordalo Pinheiro, funções que passou a desempenhar em Fevereiro de 2014.

Museu Bordalo Pinheiro: do esquecimento à revitalização

Há um fio condutor no trabalho desenvolvido no Museu Bordalo Pinheiro nos últimos três anos e meio, como sublinha o director: «O que tenho tentado fazer é abrir o museu». Como? Em parte, através de uma programação regular «que traga mais pessoas, e que sintam o museu como seu». Mas para alcançar este objectivo foi necessária a montante uma reestruturação orgânica e administrativa. «O Museu Bordalo Pinheiro esteve muito tempo ligado ao Museu de Lisboa – na altura Museu da Cidade –, e só em 2013 se autonomizou, o que significa que este era um museu que durante muito tempo tinha estado subalternizado na estrutura dos museus; estava um pouco esquecido».

A passagem do Museu Bordalo Pinheiro para a alçada da EGEAC (Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, empresa pública da Câmara Municipal de Lisboa), em Julho 2016, foi outro passo importante. Reconhece que o processo deu início a mudanças internas significativas muito absorventes, a começar pela adaptação a uma nova lógica de trabalho, mas também ao nível da equipa. Da anterior equipa apenas ficaram três pessoas e outras seis saíram. Foi necessário seleccionar novas pessoas para ter uma equipa estabilizada e operacional. Além de contar actualmente com uma equipa permanente de nove pessoas, parte do orçamento é destinado também à contratação de profissionais externos, recorrendo a uma bolsa de colaboradores. Globalmente, o saldo é muito positivo, tal como sublinha: «estamos numa empresa municipal que trata de cultura e, portanto, falamos a

mesma “língua”, temos os mesmos objectivos, estamos em sintonia na maneira como se põem as coisas. O que senti quando trabalhei em câmaras é que éramos nós a puxar quando queríamos desenvolver um projecto, aqui, muitas vezes, temos o conselho de administração a puxar por nós.»

A contemporaneidade entra no museu: *Será que o Bordalo gostava?*

Marcar o compasso dos museus com a contemporaneidade nem sempre é fácil nem evidente para muitos museus. Numa visita ao Museu Bordalo Pinheiro não é difícil compreender as potencialidades da obra de Bordalo na sua relação com os temas que fazem a actualidade. Do séc. XIX para o séc. XXI nem tudo mudou assim tanto... Que relação tem o ataque Charlie Hebdo com Bordalo? Desde há três anos a esta parte, o Museu Bordalo Pinheiro fez coincidir o aniversário da morte de Bordalo com um dia de reflexão e debate sobre liberdade de imprensa. Através do Bordalo? Sim, porque a liberdade está, de certo modo, ligada à própria figura do Bordalo: «esta pode ser também uma pedra de toque de todo o seu trabalho», sublinha. Trazer a contemporaneidade para a programação do Museu Bordalo Pinheiro significa implicar como princípio condutor em tudo o que se faz a seguinte interrogação: «Será que o Bordalo gostava? Isso permite-nos tocar muitos instrumentos». Trata-se «de ter a ambição de encarnar um bocadinho do espírito *Bordaliano*», explica. E acrescenta, esta tentativa de «abrir à contemporaneidade» não deixa de ser também um «enorme desafio e gozo». «Temos neste museu uma equipa *Bordaliana* muito motivada, que tem gozo por fazer as coisas e as fazer crescer».

O que se segue?

A celebração do centenário do museu (2016) é reveladora do dinamismo que se pretende imprimir, que, aliás, só terminará oficialmente no final de 2017 com uma grande exposição de cerâmica assente numa selecção das melhores obras de Bordalo. Além disso, abriu-se uma nova sala de exposições temporárias e actividades – a *Sala da Paródia* – e inaugurou-se uma outra exposição no Largo de S. Julião, num espaço junto à Câmara Municipal, intitulada *Bordalo na Baixa*, mais direccionada para os turistas.

Há planos para reformular a exposição permanente, «transformar o discurso» reforça, tornando-o também mais operacional, nomeadamente alterar as tabelas, que reconhece não serem muito “amigáveis”. «Percebemos que as pessoas vêm ao museu com uma predisposição para se divertirem, com vontade de sorrir. É muito importante aproveitarmos esse embalo para contar as coisas com um sorriso», tirando partido de uma grande mais-valia neste museu – o humor.

Captar mais visitantes é também uma ambição do museu. «Queremos mostrar que é muito fácil chegar aqui», sublinha. Por outro lado, a exposição permanente terá também os textos dos painéis e tabelas em inglês, facto que por ora só acontece para os textos mais genéricos, de forma a atrair também mais turistas estrangeiros.

Museu Bordalo Pinheiro

- Tutela: Câmara Municipal de Lisboa (EGEAC)
- Museu de arte, colecções de diferentes tipologias (azulejaria; cerâmica; desenho; equipamentos e utensílios; escultura; espólio documental e manuscritos; fotografia; gravura; mobiliário; pintura, têxteis, entre outras)
- Colecção total: cerca de 13 200 objectos
- Colecção em exposição: 253 objectos
- Área total de exposição (incluindo exposições temporárias): 536 m²
- Biblioteca: cerca de 2 090 monografias e 2 596 periódicos
- Equipa: 9 pessoas
- Média de visitantes 2016: 6 500

Opinião dos Membros

A Conservação e Restauro em Portugal, sem rei nem roque

André Varela Remígio, conservador-restaurador, Santo André – Conservação e Restauro de Bens Culturais

A Conservação e Restauro em Portugal está enquadrada pelo Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de Junho, e a Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto. Contudo, na nossa opinião não são genericamente cumpridos.

O Decreto-Lei n.º 140/2009 estabelece que os tratamentos de conservação e restauro de alguns bens culturais imóveis e todos os móveis, classificados ou em vias de classificação, são da responsabilidade de um profissional com uma formação superior em Conservação e Restauro de cinco anos lectivos e uma experiência profissional de cinco anos.

Em vigor há oito anos, este instrumento legal não é cumprido pela generalidade dos intervenientes nem feito cumprir pelas entidades competentes. Apesar dos inúmeros casos conhecidos, nunca uma única coima ou sanção foram aplicadas. Parece que não existe.

Os bens culturais pertencentes aos museus pertencentes à Rede Portuguesa de Museus, estão abrangidos pela Lei n.º 47/2004. O seu art. 31.º determina que os respectivos tratamentos «só podem ser realizados por técnicos de qualificação legalmente reconhecida, quer integrem o pessoal do museu, quer sejam especialmente contratados para o efeito». Apesar de não concretizar esta qualificação, depreende-se que os profissionais deverão corresponder ao perfil traçado pelo Decreto-Lei n.º 140/2009.

Porém, também este diploma não é frequentemente cumprido. Não só existem museus com divisões de Conservação e Restauro sem um único

conservador-restaurador, como outros recorrem aos serviços de profissionais sem qualificações.

Perante este negro cenário, urge criar uma lista oficial dos conservadores-restauradores que cumpram o disposto no Decreto-Lei n.º 140/2009, no *website* da Direcção-Geral do Património Cultural, de modo a organizar esta frágil classe profissional e melhor servir os seus clientes, institucionais e particulares.

Publicações

Sugestões de leitura

Legislação e política museológica

Camacho, Clara Frayão, Pedro Pereira Leite, e Ana Carvalho. 2016. “Contextos e Desafios da Nova Recomendação da UNESCO para Museus e Coleções: Entrevista com Clara Frayão Camacho e Pedro Pereira Leite.” *Boletim ICOM Portugal* 7 (Set.): 10-19.

Carvalho, Cláudia Lima. 2016. “Mais de Metade do Pessoal da DGPC tem mais de 50 anos.” *Público* Janeiro 7. <https://www.publico.pt>

ICOM Portugal. 2017. “[Contributos para uma Urgente e Necessária Política Museológica Nacional.](#)” *Boletim ICOM Portugal* série III, 9 (Jun.): 12-22.

Matos, Alexandre. 2017. “Cultura Precária e Cultura da Precaridade.” Blogue *Mouseion* Janeiro 23. <http://www.mouseion.pt>

Oleiro, Manuel Bairrão. 2017. “[Políticas Públicas no Sector dos Museus: O que Pode ser Feito.](#)” *Boletim ICOM Portugal* série III, 8 (Jan.): 8-11.

Raposo, Luís. 2017. “[A Tragicomédia da Descentralização, ou de como se Arrisca Estragar uma Boa Ideias.](#)” *ArteCapital*, Março 30.

Raposo, Luís. 2017. “[Descentralização e Regionalização: Será Pedir Muito, se Pedirmos Transparência?](#)” *Património.pt* Março 23.

Santos, David. 2017. “[Entrevista com.](#)” [conduzida por Ana Carvalho] *Boletim ICOM Portugal* série III, 8 (Jan.): 17-20.

UNESCO. 2015. *Recomendação Relativa à Protecção e Promoção dos Museus e das Coleções, da sua Diversidade e do seu Papel na Sociedade.* Paris: UNESCO.

Vlachou, Maria. 2016. “Gerir Museus.” Blogue *Musing on Culture* Julho 24. <http://musingonculture-pt.blogspot.pt>

Vlachou, Maria. 2017. “À Procura de Terreno Arenoso.” Blogue *Musing on Culture* Fevereiro 4. <http://musingonculture-pt.blogspot.pt>

Novas edições

Patrícia Roque Martins. 2017. *Museus (In)capacitantes: Deficiência, Acessibilidades e Inclusão em Museus de Arte.*

Edição Caleidoscópio e Direção-Geral do Património Cultural, n.º 7, 367 páginas

O livro explora a função dos museus na inclusão social das pessoas com deficiência, abordando vias possíveis de interação com estes públicos. São apresentados diferentes níveis de acesso que integram as circunstâncias implicadas no relacionamento entre museus e pessoas com deficiência. São dados a conhecer programas inclusivos desenvolvidos em museus com coleções de artes plásticas no contexto internacional, nomeadamente em Londres, Nova Iorque e São Paulo. São também assinaladas algumas iniciativas promovidas em Portugal. Esta publicação resulta da tese de doutoramento da autora na Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa.

François Mairesse, dir. 2017. *Définir le Musée du XXI^e Siècle: Matériaux pour une Discussion.*

Edição ICOFOM, 308 páginas, [online](#)

A última actualização da definição de museu do ICOM remonta a 2007. Entretanto novas formas de museus têm surgido, assim como outras maneiras de pensar o que é o museu e de identificar o património. Quais são os limites do campo museal e de que forma a definição de museu deve incorporar estas e outras mudanças? O processo é complexo. Os contributos reunidos nesta publicação visam suscitar a reflexão sobre esta questão, que está actualmente no centro das preocupações do ICOFOM (Comité International para a Museologia) e do ICOM; a publicação surgiu no âmbito da preparação do colóquio com o mesmo nome organizado pelo ICOFOM, que teve lugar em Paris, de 9 a 11 de Junho.

PATRÍCIA ROQUE MARTINS

MUSEUS

(IN)CAPACITANTES

DEFICIÊNCIA, ACESSIBILIDADES
E INCLUSÃO EM MUSEUS DE ARTE

CALEIDOSCÓPIO
DIREÇÃO-GERAL DO
PATRIMÓNIO CULTURAL

PATRIMÓNIO CULTURAL
Direção-Geral do Património Cultural



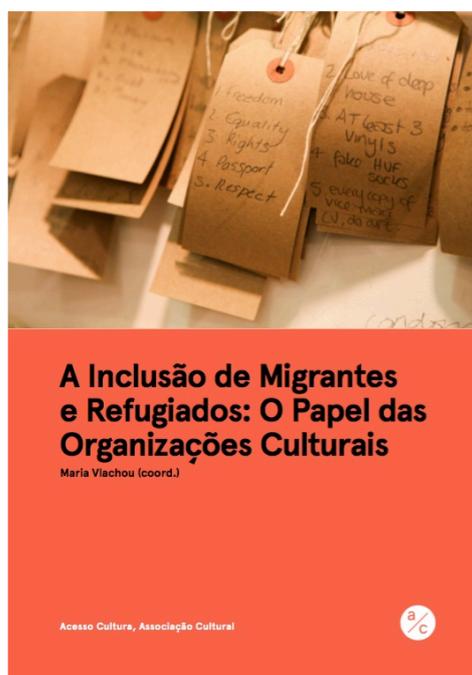
Antonia Silvaggi e Frederica Pesce, eds.
2017. *The Museum Professionals in the Digital Era: Agents of Change and Innovation.*
 Edição Mu.Sa – *Museum Sector Alliance*, 73 páginas, impresso e [online](#)

Como é que os museus têm respondido aos desafios das novas tecnologias e do mundo digital? Que competências digitais são necessárias para capacitar os profissionais no processo de transformação digital dos museus? Que novos perfis de trabalho se identificam nesta área? Estas foram algumas das questões colocadas a 81 especialistas (Grécia, Itália e Portugal) durante a primeira fase do projecto Mu.Sa, que decorreu entre Dezembro de 2016 e Março de 2017. Esta publicação sintetiza os primeiros resultados da investigação desenvolvida. O projecto Mu.Sa (2016-2019) tem como objectivo conceber um conjunto de ferramentas educativas que promovam o desenvolvimento de competências digitais nos profissionais de museus. O projecto tem o financiamento da Comissão Europeia através do programa Erasmus +. O ICOM Portugal é um 12 dos parceiros deste consórcio liderado pela Hellenic Open University (Grécia).



Maria Vlachou, org. 2017. ***A Inclusão de Migrantes e Refugiados: O Papel das Organizações Culturais.***
 Edição Acesso Cultura, 121 páginas, [online](#)

Esta publicação centra-se na temática dos refugiados e dos migrantes a partir das organizações culturais. Está organizada em quatro partes. A primeira inclui dez entrevistas a profissionais que têm desenvolvido projectos na área dos museus, das bibliotecas e das artes performativas, compreendendo três projectos portugueses e sete internacionais (entrevistas de Ana Carvalho e Maria Vlachou). A segunda parte inclui a tradução do inglês do manual “Museus, Migração e Diversidade Cultural: Recomendações para Museus” editado originalmente pela Associação de Museus da Alemanha. A terceira e quarta parte elencam contactos úteis e uma lista actualizada de referências bibliográficas, respectivamente. Está disponível em formato digital, em português e em inglês.



Clara Mineiro, coord. 2017. *Guia de Boas Práticas de Acessibilidade: Comunicação Inclusiva em Monumentos, Palácios e Museus*.

Co-edição: Turismo de Portugal e Direcção-Geral do Património Cultural, 104 páginas, [online](#)

Este guia pensado para os monumentos, palácios e museus apresenta recomendações e casos de boas práticas que possam ser aplicáveis e adaptáveis a qualquer espaço cultural que se queira abrir a novos públicos. «[...] pretendemos contribuir com este Guia para que, em Portugal, se implementem soluções de comunicação inclusiva, úteis a todas as pessoas. Se, em vez de ter uma postura intrusiva e impositiva, o prestador de serviços focar a sua atenção no visitante e optar por uma atitude pró-ativa, quem chega a um monumento, palácio ou museu encontrará alternativas que lhe permitirão fazer as suas escolhas e tomar decisões individuais.» (p. 6). Trata-se de um instrumento de trabalho útil aos profissionais que desejem melhorar as condições de acesso dos espaços culturais.

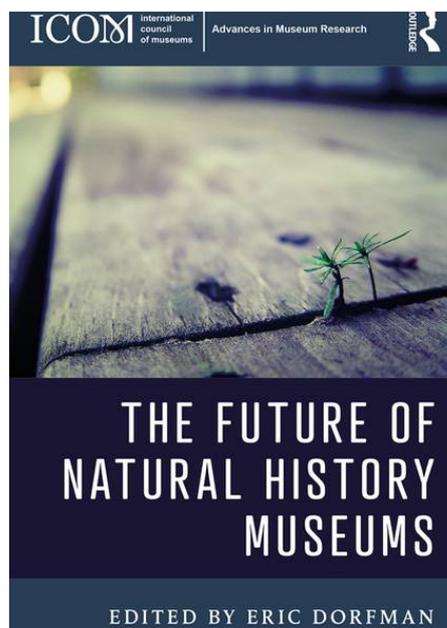
Guia de Boas Práticas de Acessibilidade
Comunicação Inclusiva
em Monumentos,
Palácios e Museus

Eric Dorfman. 2017. *The Future of Natural History Museums*. ICOM Advances in Museum Research.

Routledge, 320 páginas

Este livro inaugura uma nova coleção com a chancela do ICOM, publicada pela Routledge. Nesta coleção pretende-se abordar temas diversos de relevância para os museus, a partir de perspectivas múltiplas que possam ir ao encontro de diferentes públicos-alvo: profissionais de museus, académicos, estudantes, investigadores e estudantes de Museologia.

O futuro dos museus de história natural é neste livro colocado em perspectiva, reflectindo sobre as mudanças internas que marcam a evolução desta tipologia de museu, mas também as mudanças na sociedade e a forma como interpelam os museus a adaptar-se. Por exemplo, que motivações levam hoje estes museus a formar novas colecções? O autor faz ainda um balanço prospectivo de como os museus de história natural irão evoluir nos próximos 20 a 50 anos, defendendo uma maior implicação das novas tecnologias, sem com isso perderem a autenticidade das suas histórias e o valor dos objectos nesse processo.



Revista MIDAS – Museus e Estudos Interdisciplinares, n.º 8.

Edição Universidade de Évora et al.

Disponível [online](#)

Este número é dedicado ao tema «Objetos e Museus: Biografias, Narrativas e Vínculos Identitários» e foi coordenado por Alice Semedo (Universidade do Porto), Olaia Fontal (Universidade de Valladolid) e Alex Ibanez (Universidade do País Basco). Segundo os coordenadores, «este número faz parte do esforço atual para reunir diferentes perspetivas (museológica, curatorial, teórica) sobre o lugar dos objetos em museus, a fim de mapear criticamente este domínio. Em suma, trata-se de refletir e apresentar exemplos relevantes que permitam recuperar a teorização sobre objetos em museus como portadores não apenas de significados sociais, mas também individuais, permitindo que os processos de patrimonialização e identificação sejam também explorados a partir do ponto de vista da educação.» O número apresenta 11 artigos, uma notação e três recensões críticas de livros.

Zvezdana Antos, Annette B. Fromm, e Viv Golding, eds. 2017. *Museums and Innovations*.

Edição Cambridge Scholars Publishing, 241 páginas

Como é que os museus podem ter um impacto positivo na sociedade global? Que inovações se podem identificar hoje em museus de história social e etnográficos? É a partir deste enunciado que se procura promover o debate crítico sobre as formas de pensar e trabalhar em museus, na perspectiva de encorajar uma prática museológica mais crítica e criativa. Participação, inovação e transformação são palavras-chave neste livro. Aborda-se a complexidade das identidades, o papel dos museus como agentes de influência nas comunidades e nos governos, e maior activismo na defesa da justiça social, ajudando a responder a necessidades sociais. O livro resulta, em grande medida, da conferência anual do ICME (Comité Internacional do ICOM para Museus e Coleções de Etnografia), que decorreu em Zagreb (Croácia), em 2014.



Agenda

Conferências, encontros, debates

Nacional

Encontro de Outono do ICOM Portugal

*Lei-Quadro dos Museus e Descentralização:
Que Caminhos?*

27 de Outubro

**Org. ICOM Portugal | Museu Nacional
Frei Manuel do Cenáculo, Évora**

Pretende-se debater com os profissionais dos museus as opções museológicas no nosso país com particular atenção sobre a aplicação da Lei-Quadro dos Museus Portugueses num momento em que no debate político se equacionam novas fórmulas de descentralização e de gestão, com forte impacto, num sector tão importante e simultaneamente tão frágil do nosso património cultural. Para além desta reflexão serão apresentados e debatidos casos práticos de novas realidades, como o das redes de museus temáticas e geográficas, que entretanto foram surgindo. Mais informações: <http://icom-portugal.org>

IV Encontro de Centros de

*Documentação de Museus: Os Museus e a
Valorização do seu Património Documental*

27 de Outubro

**Org. Câmara Municipal de Loures |
Museu de Cerâmica de Sacavém**

Este encontro pretende dar a conhecer algumas boas-práticas de gestão de documentação nos museus em Portugal e promover o diálogo entre os profissionais dos museus, em torno da necessidade de um trabalho conjunto na gestão e comunicação dos acervos museológicos. Mais informações: <http://www.cm-loures.pt>

Oficinas de Conhecimento em Património Cultural: Programação e Gestão Museológica | 31 de Outubro

**Org. Rede de Património Cultural
Transmontano | Centro Cultural do
Município de Vila Flor, Guimarães**

No âmbito das Oficinas de Conhecimento em Património Cultural realiza-se a sessão intitulada *Curadoria de Exposições* por Nuno Faria (Centro Internacional das Artes José de Guimarães - Município de Guimarães). Esta sessão destina-se aos técnicos de património e cultura, mas também ao público em geral. As inscrições são gratuitas. Mais in-

formações pelo número: 278 201 430 ou via email: geral.amtqt@amtqt.pt

VI edição do Encontro Transfronteiriço de Profissionais de Museus | 3–4 de Novembro

Org. Asociación de Museólogos y Museógrafos de Andalucía (AMMA) et al. |

Mértola

Além da AMMA, é co-organizado pela Associação Portuguesa de Museologia (APOM) e pela Acesso Cultura. Visa apresentar projetos, trocar experiências e fornecer pontos de vista sobre o acesso à cultura, introduzir a tecnologia da informação e comunicação (TIC) como um fator chave para o desenvolvimento social e cultural das pessoas com deficiência com um elevado risco de exclusão. Mais informações: <https://etpmuseos.com/etpm-16/>

A Gestão de Informação nos Museus: Uma Visão Integradora?

6 de Novembro

Org. GT-SIM | Universidade de Évora

Trata-se da II Conferência do Grupo de Trabalho Sistemas de Informação em Museus (GT-SIM) da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD). Tem como propósito apresentar o trabalho que o Grupo tem desenvolvido sobre documentação nos museus de uma perspectiva integrada. Mais informações: <https://www.bad.pt>

Encontro Património, Cidadania e Mediação Cultural

10 de Novembro

Org. Mapa das Ideias | Espaço d' A Reserva na Fábrica da Pólvora de

Barcarena, edifícios n.º 27 e 28,

Barcarena, Oeiras

Porque a cultura é urgente neste exercício de cidadania, dedicámos um encontro à análise de diferentes estudos de caso relacionados com a Mediação Cultural. O que salta à vista é a diversidade de áreas e a infinita possibilidade das ideias. Mas vamos mais longe, tudo apela à informalidade, porque queremos criar um círculo de aprendizagem. Cada orador apresenta um estudo de caso e é dedicado um espaço de 40 minutos para discussão e análise de resultados. Tão importante quanto o contributo do orador, será estimular a difícil dinâmica de análise, questões e respostas entre os pares. Destaca-se a sessão da tarde que incluirá um debate sobre os desafios do digital para a cultura e o património. Mais informações: <https://mapa18.com>

V Colóquio Rede de Museus Rurais do Sul: Moinhos e Moagens do Sul de Portugal
17 de Novembro

Org. Rede Museus Rurais do Sul | Museu da Farinha, S. Domingos, Santiago do Cacém

O V Colóquio da Rede de Museus Rurais do Sul realiza-se no Museu da Farinha sob o tema moinhos e molinologia. Envolvendo sete museus na sua fase de criação, sedeados no Litoral Alentejano e no Baixo Alentejo, esta rede (desde 2015) pretende alargar o espaço de discussão, partilha de ideias e de projectos. Inscrições: museudafarinha@gmail.com

Encontro Internacional: O Património*Industrial e sua Museologia***18–19 de Novembro****Org. Associação Comercial e Industrial de Guimarães et al. | Guimarães**

Depois das duas primeiras edições deste colóquio se terem realizado em Lisboa, Guimarães irá receber pela segunda edição consecutiva, nos dias 18 e 19 de Novembro, o encontro internacional que tem por objectivo debater a temática do património industrial. Trata-se de uma organização conjunta da Associação Comercial e Industrial de Guimarães, Universidade do Minho e Sociedade Martins Sarmento. Mais informações em: <https://www.acig.pt>

Workshop de Arquitectura e Técnicas Museográficas (ICAMT) | 29–31 Janeiro**Org. Universidade Lusófona | vários locais, Lisboa**

A conferência pretende analisar os aspectos metodológicos, conceptuais e técnicos sobre o papel da arquitectura na implementação de projectos museológicos. Será dado enfoque às técnicas museográficas contemporâneas, ao papel dos museus comunitários na sociedade do séc. XXI e à necessidade de utilização das energias renováveis, contribuindo para a sustentabilidade dos museus. O evento tem como público-alvo estudantes e profissionais ligados à arquitectura, à engenharia, à museologia, às artes plásticas, à curadoria, ao design e a outras áreas afins. Uma chamada para comunicações está aberta até 30 de Outubro.

Mais informações: <http://www.icamtlisboa2018.eu>

internacional**Calendário de eventos do ICOM central****Org. Vários**

Consulte o [calendário online](#) do ICOM central sobre as conferências dos próximos meses. Caso seja membro do ICOM pode ainda aceder à [ICOMUNITY](#), plataforma de partilha entre profissionais, que disponibiliza mais informações sobre a actividade dos comités nacionais e internacionais. Mais informações: <http://icom.museum>

V Seminário Internacional Arquivos de Museus e Pesquisa: Políticas de Acervo, Coleta, Preservação, Descarte**31 Outubro–1 de Novembro****Org. Instituto de Estudos Brasileiros et al. | Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, Brasil**

A quinta edição do Seminário reunirá especialistas, profissionais e demais interessados no património histórico cultural internacional para dialogarem e apresentarem as suas formações, os seus conhecimentos e experiências multifacetadas. Pretende-se, através de estudos de casos, tratar das questões relativas à constituição de uma política de acervo. Nesse âmbito abordar-se-á um tema ainda bastante sensível que é o dos processos de descarte em instituições museais. Mais informações: <http://www.mac.usp.br>

25.^a Conferência anual da NEMO: *Open Heart Surgery: The Value of Museum Collections*

9–12 de Novembro

Org. NEMO | Gante, Bélgica

As colecções estão no coração dos museus, na base da sua acção. Com esta conferência pretende-se olhar sobre o modo como os museus lidam com as suas colecções na contemporaneidade. Como é que os museus fazem o seu coração bater, como se articulam com outros órgãos do corpo-museu, às comunidades e à sociedade. Como é que as colecções de museu podem desenvolver um sentido de identidade, quer para o museu em si mesmo, quer com as suas comunidades? Que abordagens contemporâneas na incorporação de colecções? Como desafiar o pensamento e práticas museológicas mais tradicionais, e redefinir o papel do museu face a tempos políticos e sociais em mutação?

Seminário Internacional *10 anos de Cooperação entre Museus: Museologia Ibero-americana e a Declaração de Salvador* | 29–30 de Novembro

Org. Ibermuseum | Centro Cultural do Banco do Brasil, Brasília, Brasil

2017 é um ano de celebração para o programa Ibermuseum. O último 28 de Junho foi marcado pelo aniversário dos 10 anos da assinatura da Declaração da Cidade de Salvador, documento que é o marco conceptual da criação do Programa, e que abriu aos países da comunidade ibero-americana um caminho de cooperação e diálogo sem precedentes no âmbito dos museus. Especialistas, gestores e profissionais de vários países discutirão a contribuição, vigência e aportes teóricos e práticos da Declaração de Salvador para a Museologia da região, e também a sua relação com outros instrumentos nor-

mativos internacionais, como a Recomendação UNESCO 2015 para a *Proteção e Promoção de Museus e Colecções*, o papel dos profissionais de museus no desenvolvimento do sector e na valorização do património, os novos conceitos de museu, as políticas de sustentabilidade, entre outros. Mais informações: <http://www.ibermuseum.org>

European Museums in the Interwars Years: The Madrid Conference of 1934: An International Debate

7–10 de Fevereiro

Org. Università degli Studi di Torino e Politecnico di Torino | Turim, Itália

Este evento tem como ponto de partida a conferência internacional *Muséographie, Architecture et Aménagement de Musées d'art*, que teve lugar em Madrid em 1934, pelo momento de inflexão que protagonizou ao repensar o modo de expor nos museus à época. Esta conferência revisita os debates de 1934, propondo um debate crítico sobre a identidade e a missão dos museus no mundo contemporâneo. Mais informações: <https://arthist.net/archive/16276>

Formação

Formação Rede Portuguesa de Museus

2017

Org. Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC)

A formação organizada pela Rede Portuguesa de Museus abrange um leque diverso de cursos de curta duração (conservação preventiva, desenho de exposições e museografia, educação e serviços educativos, segurança e inventário do património cultural móvel). Consulte a página da DGPC para saber mais: <http://www.patrimoniocultural.pt>

I Curso Livre de Coleccionismo, Coleções e Coleccionadores

3 de Outubro a 28 de Novembro 2017

Org. ARTIS – Instituto de História da Arte | Anfiteatro IV da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

O curso visa lançar o debate sobre temas que permitam aos participantes compreender a evolução do fenómeno do coleccionismo (desde épocas remotas até à actualidade); familiarizar-se com colecções públicas e privadas, construídas e desconstruídas, em contexto diversificado; contactar com os percursos e práticas de coleccionadores que marcaram e/ou que ainda marcam as dinâmicas do mercado da arte. Organiza-se em oito sessões. Mais informações: <https://drive.google.com>

Planificação e Organização de Exposições: O Papel do Curador

4–5 de Novembro 2017

Org. Antiframe | Lisboa, Polo Cultural

Gaivotas

A exposição constitui o meio através do qual a arte contemporânea adquire visibilidade, ao ponto de ser hoje um elemento fundamental da nossa cultura visual. Neste curso discutem-se os mais recentes desenvolvimentos do discurso crítico respeitante à prática curatorial, analisando-se ainda as metodologias subjacentes à implementação de projectos. Mais informações: antiframe@gmail.com

Bolsas Ibermuseus de Capacitação

30 de Março 2018

Org. Programa Ibermuseus

Estão abertas candidaturas para novas Bolsas Ibermuseus de Capacitação, destinadas a profissionais de museus e de entidades governamentais dos 12 países membros do Conselho Intergovernamental do Programa Ibermuseus, entre os quais Portugal. As bolsas destinam-se a atividades de curta duração (2 a 5 dias), tais como cursos, *workshops*, seminários e congressos, realizados ou apoiados por instituições governamentais responsáveis pelas políticas públicas para museus dos 22 países ibero-americanos: Andorra, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Mais informações em: <http://www.ibermuseus.org>

Colabore com o ICOM Portugal

O próximo boletim (Fevereiro) será dedicado ao tema do Dia Internacional de Museus para 2018: *Museus Hiperconectados: Novas Abordagens, Novos Públicos*. Caso queira sugerir conteúdos contacte-nos através do email:

boletim.icom.pt@gmail.com (Ana Carvalho) até 25 de Novembro.

Temos também uma nova secção no boletim: *Opinião dos Membros*.

Participem!

Ainda não é membro do ICOM?

Saiba como em: <http://icom-portugal.org>

Já conhece a página de Facebook do ICOM Portugal?

Visite, comente e partilhe conteúdos em:

<https://www.facebook.com/icomportugal>

MEMBRO INDIVIDUAL

3 BOAS RAZÕES PARA SER MEMBRO DO CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS

1 FAÇA PARTE DA COMUNIDADE INTERNACIONAL DE MUSEUS

COMUNIQUE-SE com 35.000 especialistas de museus de prestígio mundial

CONSTRUA uma rede sólida de profissionais internacionais em cada especialidade relacionada com os museus

AUMENTE os seus horizontes através de mais de 200 conferências organizadas em cada ano no mundo

PARTICIPE do vasto e diversificado programa da Conferência Geral trianual

2 PARTICIPE DE MISSÕES INTERNACIONAIS

CONFIGURE o futuro das profissões museais

DEFENDA os padrões de excelência e a deontologia dos museus

DESEMPENHE um papel na luta contra o tráfico ilícito de bens culturais

COLABORE em programas de planificação e de intervenção em situações de emergência nos museus do mundo inteiro

3 BENEFICIE DOS SERVIÇOS DO ICOM

INFORME-SE sobre as tendências e inovações nos museus através da revista dos profissionais de museus ICOM NEWS e da newsletter mensal

CONSULTE mais de 2.000 publicações dos Comitês do ICOM através de base de dados on-line

CONECTE-SE à ICOMMUNITY, a nova plataforma interativa em linha do ICOM

TORNE-SE membro de alguns dos 30 Comitês Internacionais do ICOM e faça ouvir a sua voz

RESOLVA litígios relacionados com arte e património cultural através do programa de mediação do ICOM-OMPI

E MUITAS OUTRAS VANTAGENS PELA SUA ADESÃO AO ICOM

- Oportunidades de formação e de desenvolvimento profissional
- Cartão ICOM: o seu passaporte internacional para os museus do mundo inteiro
- Descontos em publicações e nas lojas dos museus

Para mais informações, consulte
<http://icom.museum>



INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS
CONSEIL INTERNATIONAL DES MUSEES
CONSEJO INTERNACIONAL DE MUSEOS